A revolução mexicana (1910-1917)

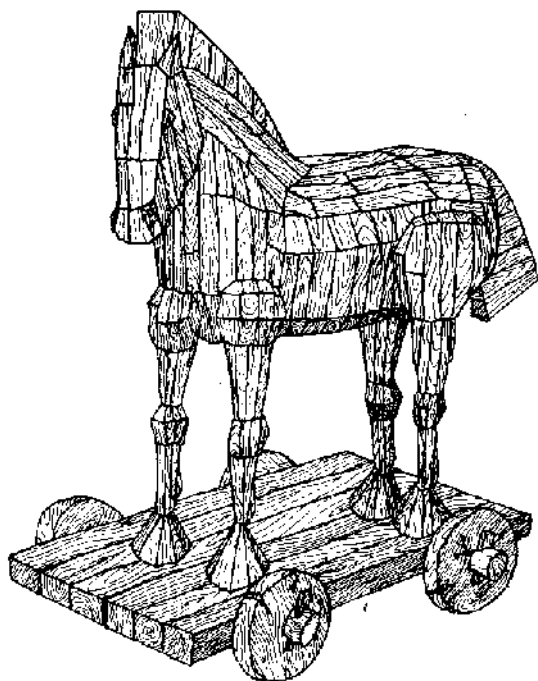
Anna Maria Martinez Corrêa

tudo é história

62

brasiliense

tudo é história

62

Anna Maria Martinez Corrêa

A REVOLUÇÃO MEXICANA
1910-1917

40 anos de bons livros

ÍNDICE

Introdução 7
O processo de implantação do capitalismo no México 10
O estabelecimento da ditadura porfirista 15
As diversidades regionais no México pré-revolucionário 23
O operariado e a Revolução 37
A luta pela derrubada da ditadura porfirista ... 41
O desencadeamento da Revolução 48
A organização do poder revolucionário 61
O golpe contra Madero — "La decena trágica" 72
O movimento constitucionalista 76
A Convenção de Aguascalientes 86
A luta contra Villa e Zapata 92
A Constituição de 1917 103
Considerações finais 107
Indicações para leitura 112

"La explosión revolucionaria es una portentosa fiesta em la que el mexicano, borracho de sí mismo, conoce al fin, en abrazo mortal, al otro mexicano". (*Paz, Octavio*, El laberinto de la soledad.)

INTRODUÇÃO

"... eu creio numa força adormecida na terra do México."

(*Artaud, Antonin,* Mensagens Revolucionárias, *p. 60*)

A Revolução Mexicana, desencadeada a partir de 1910 e que mobilizou grandes contingentes populacionais, atingindo amplos setores sociais, é considerada por um grande número de historiadores como a maior comoção social ocorrida na América Latina desde as guerras da independência. Antecedendo mesmo a revolução chinesa e a revolução russa, despertou a atenção de lideranças políticas de vários países latino-americanos, que passaram a ver nesse movimento um modelo a ser imitado. Ultrapassando mesmo o espaço da América, a Revolução Mexicana foi uma revelação para o mundo, uma movimentação inesperada.

Entretanto, os caminhos percorridos pelos revo-

lucionários levaram-nos a resultados que nem sempre coincidiram com as propostas iniciais de luta, ou talvez, com aquilo que se idealizara a princípio. O final desconcertante, que, talvez por isso mesmo, não tenha sido aceito como tal por seus idealizadores, sendo transfigurado num constante refazer do movimento, permitiu a criação do fetiche da Revolução Mexicana que não se conclui, que se transforma num processo não-acabado, cada vez mais distante das massas, transformando-se num instrumento de manipulação delas.

A emergência de uma multiplicidade de lideranças, legítimas ou não, contraditórias, desencontradas por vezes, permitiu a hegemonia de um grupo que, investindo-se de legitimidade, passou a ver como inimigos antigos companheiros de luta. Assumindo o poder, os vitoriosos passaram a falar em nome dos "revolucionários", cristalizando sua palavra numa peça institucional, a *Constituição de 1917*, fazendo da lei sua bandeira de vitória e seu escudo contra as investidas dos opositores. Entretanto, a *Constituição de 1917* não representa apenas a vitória de um setor que se tornou hegemônico. Ela tem uma história que não é apenas do povo mexicano. Ela traz em seu bojo artigos que tratam das relações entre o capital e o trabalho. A incorporação dessa legislação à Constituição Mexicana de 1917 só é compreensível levando-se em conta a luta travada anteriormente pela classe trabalhadora em nível mundial. É importante ainda constatar a forma pela qual essa legislação foi incorporada ao texto institucional. Antes de significar

uma vitória do trabalho sobre o capital significou a incorporação daquelas determinações legais sob a égide do capital. Por essas razões, 1917 representa o final de um determinado tipo de luta. Resta saber como um movimento, que contou com a mobilização de amplos setores das classes subalternas, com argumentação suficiente para sensibilizar tais setores, que acarretou um milhão de mortes, teve como resultado primeiro uma peça institucional que, se de um lado garantia direito a trabalhadores rurais e urbanos, tendo neste particular uma postura inovadora, por outro lado, inibia seu acesso ao poder, impedindo a ampliação da luta social, ou seja, impedindo a radicalização das propostas iniciais.

Hiroxima Blasino

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CAPITALISMO NO MÉXICO

"Yo soy luz; en mi nombre se ve!
Pues con la luz
Que bajé
Todo el abismo encendí..."
(*Reed, p. 302*)

Ao se fazer o estudo da Revolução Mexicana uma primeira constatação faz-se necessária. A Revolução Mexicana só pode ser entendida considerando-se as particularidades da sociedade mexicana dentro de um processo global existente num determinado estágio do desenvolvimento do capitalismo em nível mundial.

As origens da Revolução Mexicana devem ser buscadas nas contradições econômico-sociais nascidas do processo de desenvolvimento do capitalismo no México em fins do século XIX, sob a ditadura de Porfírio Díaz (1876-1911). A ditadura porfirista faz

parte de um processo iniciado no México em meados do século XIX. Esse momento histórico assistiu, no México, à tentativa de formação de um Estado Nacional, de caráter liberal, sob a liderança de uma "elite crioula", expressão que designa os setores dominantes da sociedade, constituídos por brancos, descendentes dos colonizadores espanhóis, mas diferindo deles pelo fato de terem nascido na América. A "elite crioula" foi o embrião da burguesia mexicana, cuja base residia na exploração de uma massa de trabalhadores em atividades diversificadas.

A economia mexicana de maior expressão estava voltada, desde os inícios da colonização, à atividade extrativa, particularmente à produção do açúcar, do sisal, do café e do fumo, com a finalidade de exportação. Havia, no entanto, de forma generalizada, uma produção artesanal de tecidos, de cerâmica etc. em pequena quantidade, para o consumo interno, produção que se encontrava dispersa por grande parte do território mexicano. Ao lado das grandes plantações de cana-de-açúcar havia também uma agricultura arcaica, voltada para o autoconsumo, enfrentando uma série de problemas, como a procura de solos aráveis e, particularmente, a procura da água.

Em meados do século XIX o México apresentava-se juridicamente como um Estado, politicamente independente, em vias de organização, dentro dos princípios liberais. A dificuldade da transformação do México num Estado nacional residia na distância entre uma ideologia liberal, fundada em prin-

cípios expostos por Quesnay, Rousseau, Jefferson, Adam Smith e Stuart Mill, de poder impessoal do Estado, fundado nas garantias individuais, na existência de direitos individuais, e uma sociedade profundamente marcada pelas diferenças sociais. O poder tinha antes um caráter local, concentrado numa classe social, a "elite crioula", que fora responsável pelo movimento de independência, não havendo, no entanto, uma organização propriamente nacional. Mesmo a "elite crioula" não representava uma unidade plenamente concretizada, uma vez que seus interesses estavam ainda muito presos a questões locais. A própria circulação interna de mercadorias estava marcada pelas diferenças regionais e era dificultada pela existência de barreiras internas.

Em razão dessa situação assistiu-se, durante as décadas de 1850 e 1860, a um esforço das "elites crioulas" numa tentativa de fazer do México uma nação, entendida essa medida como uma união de esforços desenvolvidos por esse mesmo grupo para a implantação de interesses comuns. A política liberal, institucionalizada na Constituição de 1857, tinha esse caráter. Essa política demonstrou a tentativa de centralização, de unificação de uma sociedade diversificada e na qual o poder encontrava-se disperso. Reside aí o aspecto aparentemente contraditório desse diploma legal ao pretender leis gerais para uma sociedade diversificada. A Constituição de 1857, em nome dos princípios liberais, vinha legitimar a desigualdade na medida em que restringiu o poder à "elite crioula".

A implantação do Estado, conforme o que fora proposto pela Constituição de 1857, não se fez tranqüilamente, uma vez que, para que fosse garantido o poder à "elite crioula", nativa, era necessário primeiramente que se efetivasse o processo iniciado com a independência, no sentido de afastar dos centros de poder os setores que tradicionalmente dispunham do poder pelas ligações com o estatuto colonial. Essa luta, que se convencionou chamar de *Reforma*, representou a tentativa de implantação definitiva do poder das "elites crioulas" em detrimento dos antigos setores ligados ao passado colonial. Esses setores eram representados por entidades ligadas à dominação colonial, especialmente a Igreja. Esta instituição teve a particularidade de manter sua autonomia, uma vez que sua forma de organização garantia a integridade de seu poder. Quanto à propriedade territorial, por exemplo, a Igreja tinha consolidado o seu direito de "mãos mortas", permanecendo incólume no momento em que o poder da metrópole espanhola era abalado com o processo das independências.

Uma vez efetuada a independência, a "elite crioula" assumiu o poder na América e passou a contestar a legitimidade do poder da Igreja sobre as enormes porções de terras que ela havia açambarcado. Desde então iniciou-se a luta pela incorporação das terras da Igreja ao patrimônio do Estado em vias de organização. O grupo que assumiu esse papel era constituído pelos liberais que tinham em mente a formação de um Estado dentro dos princípios constitucionais. Com esse objetivo, esse grupo elaborou a

Constituição de 1857, lutou contra a Igreja, contra a dominação estrangeira, indispôs-se com as comunidades indígenas e pretendeu a todo custo implantar o Estado Liberal, percorrendo com essas tentativas, sempre causadoras de conflitos, as décadas de 1850 e 1860 e inícios da década de 1870.

Em fins da década de 1870 e inícios da década de 1880 a conjuntura mundial provocou alterações profundas que atingiram igualmente a sociedade mexicana. A partir da segunda revolução industrial, o capitalismo, em sua fase monopolista, acelerou, de maneira sem precedentes, o consumo de matérias-primas e de produtos agropecuários, revolucionando os meios de transporte, provocando mudanças na periferia e obrigando a uma racionalização maior na organização da produção. A inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho nessa fase monopolista apressou a "modernização", a necessidade da substituição do antigo pelo novo. A grande expansão dos centros dinâmicos do capital permitiu que se iniciasse para a América Latina a realização de investimentos em bens de capital. Tais investimentos encontraram na América Latina a mediação do Estado, interessado na sua viabilização, e de uma classe social que facilitou a realização desses investimentos, na medida em que ela própria era beneficiada.

Essas novas exigências do capital provocaram mudanças na América. No caso particular do México, o governo de Porfírio Díaz criou condições necessárias para que se processassem tais investimentos.

Hiroxima Blasino
HISTÓRIA

O ESTABELECIMENTO DA DITADURA PORFIRISTA

"... eu digo que havia justiça naquela época. É verdade que estávamos quase que em estado de escravidão, mas don Porfírio era don Porfírio e seu governo era um verdadeiro governo."

(*Lewis, Oscar,* Pedro Martínez, *p. 146*)

Porfírio Díaz, mestiço de origem humilde, nasceu em Oaxaca, em 1830. Desde muito jovem participou de movimentos guerrilheiros contra o presidente Sant'Ana. Integrado no exército participou da luta contra a dominação francesa. Manifestou-se contra a reeleição de Juárez e Lerdo. Justamente em nome do liberalismo, combatendo a reeleição de Lerdo, chegou ao poder, depois de um movimento armado. Seu projeto de revolução ficou conhecido através do *Plano de Tuxtepec*, de 1876. De posse do poder, foi reeleito por 10 vezes, tendo exercido a presidência de 1876 a 1911, com apenas uma interrup-

ção, ao final do primeiro período.

Ao assumir o poder, Porfírio Díaz deparou-se com o sério problema das múltiplas facções internas e com uma instabilidade política acentuada, num ambiente político tumultuado. O trabalho que se propôs desenvolver foi no sentido da pacificação dos ânimos mais exaltados, da conciliação dos descontentes, da unificação do México a fim de se fazer dele uma nação. O princípio de sua política ficou conhecido pela expressão *pan o palo*. Aos opositores potencialmente perigosos oferecia a oportunidade de participar do poder a fim de afastar um adversário inoportuno e mantê-lo sob suas vistas. Era uma política de distribuição de favores. Aos "indisciplinados", rebeldes, bandidos, esmagava com o peso de sua autoridade. Para isso soube organizar as forças armadas, disciplinando-as e centralizando-as e criando um setor especial, os *rurales*, encarregados de "pacificar" as regiões mais sensíveis. Serviu-se do pretexto da insubordinação dos índios yaquis e dos maias para desenvolver contra eles uma política de extermínio. Criou ainda o sistema de *ley fuga*, ou seja, de extermínio de marginais. Essa lei consistia em retirar da prisão indivíduos considerados indesejáveis, eliminando-os simplesmente, mediante simulação de fuga. Conseguiu-se assim uma paz imposta pelo terror.

O governo de Porfírio Díaz corresponde ao período de "modernização" do México. Durante este governo foram descobertos os filões de prata na Baixa Califórnia, Sonora, Chihuahua e Durango. Foram

perfurados os primeiros poços de petróleo e construídas as primeiras centrais hidrelétricas. Os portos foram reaparelhados; iniciaram-se as comunicações telegráficas, pondo a capital em comunicação com regiões distantes. Intensificou-se a atividade bancária.

O capitalismo monopolista, interessado em realizar seus investimentos nos países latino-americanos, colocou à disposição do governo mexicano poderosos capitais. Os investimentos realizaram-se através da exportação de bens de produção, com a construção de uma rede ferroviária associada ao aparelho portuário, criando assim condições favoráveis ao transporte, particularmente, de minérios. A rede ferroviária, cuja estrutura foi orientada basicamente para a exportação de riquezas do subsolo mexicano, permitiu não apenas que se acelerasse a circulação, como ainda a formação de um mercado interno, valorizando as propriedades pela facilidade de acesso a regiões antes isoladas. A expansão da rede ferroviária a essas regiões significou o avanço do capital para regiões praticamente inexploradas.

A par do significado econômico da rede ferroviária, no sentido de facilitar a evasão do minério na direção dos portos ou, mais diretamente, na direção dos centros metalúrgicos dos Estados Unidos, tinha ela na Cidade do México seu ponto nodal, à maneira de uma teia de aranha, facilitando o contato da capital, o que vale dizer do poder instituído, com regiões mais distantes. Pôde ela assim significar igualmente a forte concentração de poder político ampa-

rada pelo crescimento econômico propiciado pelo avanço do capital e garantido pela organização de um aparelho de força em condições de manter a integridade do poder central.

Os investimentos norte-americanos no México dirigiram-se basicamente às minas, às ferrovias e à exploração do petróleo. Os capitais ingleses foram investidos nas ferrovias, na indústria têxtil, na de alimentos e na siderurgia.

Quanto ao setor rural, o capital dinamizava empreendimentos agrários com a introdução de técnicas novas e com uma política violenta de expropriação e de colonização. Do ponto de vista da técnica foram realizadas melhorias, como drenagens, irrigação e plantações permanentes. A acumulação resultante desse processo de "modernização" favoreceu a centralização do Estado e o seu fortalecimento.

Acrescente-se a essa política a instalação de estações agronômicas, meteorológicas, laboratórios e publicações técnicas que vieram beneficiar a produção para a exportação: algodão, fibras, fumo, açúcar e a produção do *pulque* para o consumo interno.

Essa política, no plano ideológico, foi orientada pelo pensamento positivista que, em nome da ciência, ditava as regras para a ação política no sentido do progresso material, da racionalização da produção, a cargo de um grupo político conhecido, durante o período porfirista, pela designação de "científicos".

Para atender a esses novos investimentos era necessária a criação de contingentes de trabalhado-

res "livres", isto é, despojados, em condições de oferecer sua força de trabalho nas minas, na atividade agropecuária, transportes e comercialização. A par disso era necessário, para que se tornasse viável essa forma de investimento, evitar que os colonos procedentes de contingentes imigratórios tivessem acesso à propriedade da terra, restando para eles apenas o recurso de oferecer no mercado a sua força de trabalho. Com esse objetivo processou-se a monopolização da terra pelos grandes investidores de capital. A legislação a respeito da redistribuição das terras teve exatamente essa finalidade.

Na década de 1880 o capital contava com condições melhores para impor suas exigências. Foi assim que o Estado mexicano passou a desenvolver uma política de colonização mais agressiva para a implantação definitiva do capital no campo. Seus objetivos residiam na incorporação de terras pelo capital num momento histórico em que este, em nível mundial e, em função da divisão internacional do trabalho, fazia novas exigências quanto ao fornecimento de mercadorias e de matérias-primas. Por outro lado, a descoberta de novas minas metálicas vinha, de certa maneira, comprovar a idealização do México como região fornecedora de riquezas, tal como havia sido divulgado por Humboldt em seu livro *Ensaio Político sobre o Reino da Nova Espanha*, cuja edição tardia na Inglaterra contribuiu para chamar a atenção a respeito desse país nesse momento.

É justamente nesse contexto histórico que se situa a política agrária do porfirismo. Essa política

efetuou-se a partir da promulgação das leis que ficaram conhecidas com o nome de *Leis dos Baldios*, de 1893 a 1902. Seu objetivo era promover o desenvolvimento da agricultura. Cadastrando terras, difundiu a privatização da propriedade fundiária e acelerou a incorporação de terras que permaneciam ainda fora dos limites da exploração do capital.

A primeira lei desse tipo foi promulgada a 15 de dezembro de 1893. De acordo com essa lei, o Estado mexicano partia do princípio da necessidade, para a ampliação da riqueza, do estabelecimento de uma política de colonização, significando isso uma distribuição de terras, consideradas improdutivas, a colonos em condições de torná-las rentáveis. Para isso determinava a lei que fossem demarcados, medidos, divididos e avaliados os terrenos baldios ou de propriedade nacional que houvesse na República, nomeando para isso comissões de engenheiros necessários (Silva Herzog, *El Agrarismo*, p. 113).

As frações de terras não poderiam ultrapassar 2 500 hectares. Uma vez localizados, medidos e divididos, os terrenos seriam entregues a colonos nacionais ou estrangeiros que os solicitassem. As compras deveriam efetuar-se conforme a avaliação feita pelos engenheiros e aprovada pela Secretaria do Fomento em bônus resgatáveis em 10 anos, a partir do segundo ano de estabelecimento do colono, ou venda à vista por um prazo menor. A terra poderia ser cedida gratuitamente quando fosse solicitada pelo colono, mas para uma extensão não superior a 100 hectares. O título de propriedade só seria dado quando ficasse

comprovada sua manutenção em poder do colono e seu cultivo no todo ou em pelo menos um décimo, durante cinco anos consecutivos.

Para a realização efetiva da colonização o Estado autorizou a organização de companhias para a verificação, medição e divisão de terras. O primeiro passo a ser dado pelas companhias seria indicar o terreno considerado em condições de ser colonizado, isto é, o que seria "baldio". A autorização para esse trabalho seria dada pelo juiz da localidade onde se encontrava o terreno. Para compensar os gastos as companhias receberiam, como pagamento, até um terço dos terrenos ou do seu valor; não poderiam, ainda, vendê-los a estrangeiros.

Essa lei foi modificada pela de 25 de março de 1894. Esta última tinha por finalidade fixar o objeto da colonização, ou seja, as terras sobre as quais deveriam recair as leis de colonização: baldios, demasias, excedências, terrenos nacionais. A lei retirou a imposição de povoar e cultivar, bem como a proibição de vender a estrangeiros as terras que cabiam às companhias demarcadoras. A argumentação utilizada pelos porta-vozes das companhias era de que esse tipo de exploração econômica só seria possível num clima total de liberdade; quaisquer restrições poderiam dificultar as transações imobiliárias.

De 1890 a 1906, as companhias se apropriaram, a título de honorários, de 16 800 000 hectares. A ação das companhias demarcadoras fez-se sentir em todo o território mexicano, sendo a área medida equivalente à quarta parte desse território.

A aplicação das leis dos baldios fundava-se na argumentação de que a propriedade seria reconhecida desde que houvesse um título compatível correspondente. Essa determinação legal afetava particularmente as comunidades indígenas, nem sempre possuidoras de tal instrumento legal. Atingia também proprietários individuais portadores de títulos, mas cujas posses haviam avançado para além dos limites legais. Havia a possibilidade de legalização das posses tanto para os índios comunitários como para os proprietários individuais. Entretanto, as condições reais de legalização não eram as mesmas. Os índios e os pequenos camponeses nem sempre puderam contar com recursos para a legalização de suas terras. Resultou daí a extinção sistemática das comunidades e uma busca desenfreada, por parte das companhias, de apropriação de terras. Na tentativa de salvar suas terras, alguns índios comunitários chegaram a organizar suas próprias companhias, entrando, no entanto, numa luta desigual.

Grande parte da temática da Revolução Mexicana envolve a questão agrária. A motivação pela luta esteve geralmente ligada à restituição das propriedades usurpadas durante essa fase expansionista ou à repartição das grandes propriedades. A questão da restituição das propriedades, no entanto, não é um tema novo na História Mexicana, pois o sentimento de usurpação remonta ao período colonial. Desde a fase da conquista espanhola o problema é colocado. Por esse motivo, muitas vezes o apelo à luta teve um caráter de volta ao passado.

Hiroxima Blasino
HISTÓRIA

AS DIVERSIDADES REGIONAIS NO MÉXICO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO

"A paz reinava... nos desertos do norte de Sonora... nas cidades... nas sujas e infectas ruas de Veracruz... nas fazendas de gado... nas grandes fazendas onde os camponeses aravam a terra com suas juntas de bois e seus arados de madeira... nas missões..."

(***Brenner & Leighton***, The Wind that Swept Mexico, *p. 117*)

Uma das tarefas assumidas pelo governo de Porfírio Díaz havia sido a transformação do México num Estado moderno, no estilo dos Estados europeus do momento. Para isso seria preciso continuar a ação de homogeneização já desenvolvida desde algum tempo pela colonização. No entanto, em fins do século XIX e inícios do século XX, o grande capital impunha uma centralização maior do poder, uma "pacifica-

ção" e que o México se transformasse numa nação "civilizada" a fim de assegurar plena garantia aos investimentos do mesmo capital. No cumprimento dessa tarefa Porfírio Díaz deparou-se com sérias dificuldades resultantes da existência de uma sociedade profundamente diferenciada e, além do mais, marcada por ampla diferenciação regional.

A legislação agrária do período porfirista afetou todo o território mexicano, tendo no entanto adquirido feições diferentes conforme as diferentes regiões. De um modo geral, nesse momento histórico, a propriedade da terra no México caracterizava-se pela concentração em mãos de poucos beneficiários. Cita-se o exemplo do general Terrazas que, nessa ocasião, possuía 15 fazendas perfazendo um total de 1 828 355 hectares. Porém, a crítica maior recaía na concessão de terras a indivíduos e a companhias estrangeiras nas proximidades da fronteira do norte, pondo em risco a própria integridade do território.

Para se compreender a natureza do movimento revolucionário, bem como a atuação de suas lideranças, é importante considerar as diferenças regionais, basicamente as diferenças entre o norte e o sul.

Os estados do norte foram atingidos por essa política, tendo-se formado grandes propriedades em detrimento de comunidades indígenas ou de pequenas propriedades camponesas. A questão da reforma agrária esteve presente nas propostas das lideranças revolucionárias do norte. Tanto Obregón como Villa, ambos comandantes de grupos revolucionários do norte, em seus planos de ação utilizaram-se, como

motivação, da necessidade de apropriação de terras por parte dos camponeses. Desde o início da colonização o norte do México fora região privilegiada para a expansão. Criadores, agricultores, comerciantes, soldados e missionários lançaram-se à conquista dos imensos espaços, quase que vazios. De início o povoamento organizou-se em função da mineração. Durante a época porfirista a expansão foi retomada num ritmo intenso.

Com a descoberta das novas minas durante o período porfirista, a migração para o norte adquiriu uma intensidade nunca vista. Inicialmente eram os metais preciosos que atraíam os pioneiros, mas, a partir da década de 1890, teve início a busca dos metais necessários às novas exigências da indústria, particularmente o cobre, e a busca de combustíveis, como o carvão e, depois, o petróleo.

A expansão da atividade mineradora criou a necessidade de fornecimento de alimentos e da criação de animais para os trabalhos nas minas. Daí a multiplicidade dos ranchos para garantir a subsistência do pessoal envolvido na mineração na região de Sierra Madre Ocidental.

Em torno das atividades mineradoras propriamente ditas, da agricultura e da criação de gado em vias de modernização, surgiram igualmente atividades artesanais, industriais e de serviços que deram ao norte um aspecto diferente das regiões propriamente agrícolas do país. Assim, o norte, formado pelos Estados do Coahuila, Chihuahua, Durango, Nuevo León, Sinaloa e Sonora, não se apresentava

como uma região homogênea. Ao lado das regiões de agricultura e de criação tradicionais encontravam-se também áreas em pleno processo de modernização, como as regiões mineiras.

A modernização dessas regiões trouxe para elas um forte contingente de estrangeiros: ingleses nas minas, franceses nas minas e na hotelaria, espanhóis no comércio e na agricultura, japoneses e chineses no pequeno comércio e, principalmente, norte-americanos na direção das empresas, como técnicos, operários qualificados, e nas ferrovias. A presença de estrangeiros explica o forte sentimento nacionalista da Revolução nesse local. Não se tratava apenas de uma reação contra a interferência na apropriação das terras e na administração das empresas, mas também contra a presença constante de uma massa de estrangeiros em contato direto com os trabalhadores mexicanos, convivendo com eles, embora ocupando postos que lhes eram inacessíveis.

Lançada nesses espaços, fracamente ocupados, na esperança de fazer fortuna graças à descoberta de um rico filão ou de se tornar simplesmente proprietária de um rancho ou de um pequeno negócio ou de ganhar salários mais elevados, a população do norte parecia mais heterogênea e mais independente do que a de qualquer outra região mexicana. As condições de vida eram difíceis nessa área de grandes altitudes, relevo acidentado, clima rigoroso, sofrendo interferências de índios apaches e comanches vindos dos Estados Unidos. Para fazer frente a essa insegurança, os homens andavam armados e adquiriram o

hábito da defesa própria (Xavier-Guerra, p. 799).

Em inícios do século XX ocorreram modificações importantes pela implantação nessa região de grandes companhias mineradoras, pela constituição de grandes propriedades de estrangeiros e pela construção de ferrovias. Essas empresas quase sempre estavam voltadas para mais de uma atividade. Assim, as companhias mineradoras, na maioria dos casos, adquiriam amplas extensões de terras cultiváveis para a criação de gado e adquiriam também a monopolização dos serviços locais, tais como rodovias, ferrovias secundárias, telefones, eletricidade e, mais do que isso, mantinham as *tiendas de raya* nos territórios controlados por elas. As *tiendas de raya* eram espécies de armazéns montados pelas empresas, que deveriam prover os empregados. Estes teriam de fazer suas despesas pessoais nesses armazéns, sendo que muitas vezes os preços eram bastante elevados, a ponto de se criar uma situação freqüente de endividamento que prendia o trabalhador ao seu local de trabalho. Enquanto não saldasse sua dívida ele não poderia deixar aquele trabalho, ficando reduzido a uma espécie de servidão.

Os Estados de Sinaloa, Coahuila e Zacatecas, de forte porcentagem de populações mineiras e de grande número de empresas, nas quais a população mineradora estava dispersa e representando uma massa considerável, foram justamente os Estados mais atingidos pela Revolução. O centro das atividades revolucionárias não se encontrava, no entanto, nas grandes concentrações mineiras modernas de

criação recente, mas sim na zona de contato das pequenas minas, ranchos e aldeias com as grandes propriedades. Particularmente o Estado de Chihuahua reunia condições para uma explosão revolucionária.

Os grupos revolucionários que se formaram em Chihuahua eram inicialmente moradores de aldeias determinadas, geralmente pertencentes a uma mesma família ou ligados por reivindicações anteriores. Esses grupos exerceram a função de núcleos dos quais as populações marginais das zonas mineiras começaram a se aproximar. Defendiam reivindicações comuns de caráter político e a distribuição de terras aos despossuídos. Essa população sem raízes, numa zona montanhosa de acesso difícil, estava disponível para se integrar ao movimento revolucionário. Acrescente-se a isso uma longa tradição de oposição e de revolta propagadas entre os trabalhadores das minas pelas lideranças anarquistas. Por outro lado, formaram-se grupos guerrilheiros constituídos por uma população pioneira. Esta reunia-se em torno de personalidades que dispunham de grande prestígio ou de autoridade no seu meio e que tinham uma sólida rede de relações familiares ou profissionais na mesma região. Os melhores exemplos dessas lideranças são dados por Pascual Orozco e Pancho Villa. Orozco era da localidade de San Isidro, ligado por laços familiares a mineradores da região. Esses contatos eram garantidos ainda em razão de seu trabalho de criador de mulas para o transporte da prata.

Entretanto, o líder que alcançou maior popularidade e que justamente por esse motivo mais se iden-

tifica com a Revolução Mexicana foi Francisco Villa. Doroteu Arango era seu nome verdadeiro, o qual mudou para Francisco Villa, ou Pancho como se diz no México, em homenagem a um herói popular de seu tempo. Recebeu os apelidos de "Centauro do Norte", "O amigo dos pobres", "O Napoleão do México", "General Invencível", "Inspirador da Bravura e do Patriotismo", "Esperança da República Indígena", entre outros. Aos dezesseis anos matou um funcionário do governo que, segundo se diz, havia violado sua irmã. Foi obrigado a viver foragido nas montanhas, tendo de roubar para sobreviver. Para isso chegou a formar um bando de ladrões de gado, atacando as grandes fazendas da região. Nunca havia freqüentado escola. Aprendeu a ler já durante a Revolução. Sua vida anterior à Revolução está envolta em fantasias das narrativas populares. Foi idealizado como uma espécie de Robin Hood, que roubava dos ricos para distribuir aos pobres.

A situação do sul era bastante diferente, embora a disponibilidade para a luta tivesse sido a mesma. Região de povoamento mais antigo, foi bastante atingida pela política agrária do porfirismo, de forma particular, o Estado de Morelos.

Nessa região as terras públicas que restavam haviam sido vendidas aos grandes produtores de açúcar. A nova legislação suprimiu antigos títulos de terras e direitos sobre águas em muitas aldeias. E para conseguir fazer valer seus direitos sobre essas

antigas comunidades, os grandes produtores de açúcar puderam contar com o poder dos tribunais locais.

A região de Morelos pode servir de exemplo para demonstrar como o sistema da grande propriedade territorial foi reforçado por essa legislação. Os grandes produtores de Morelos, a partir de 1880, em razão da demanda internacional, começaram a importar máquinas européias, para que os engenhos começassem a modificar a técnica de produção, tornando-se mais rentáveis (Melville, p. 34). Havia uma série de obstáculos que precisariam ser contornados, como, por exemplo, a concorrência do açúcar de beterraba. O crescimento da produção do açúcar em nível internacional, acompanhado de preços vantajosos, estimulava esses investimentos. A construção de ferrovias reforçou esse processo e anunciava um amplo sucesso econômico constatado na redução dos custos do transporte. O uso do vapor nas moendas permitiu aos proprietários aumentar a capacidade de suas fábricas. As novas máquinas utilizadas com a força do vapor propiciaram a fabricação de um açúcar de qualidade superior e em maior quantidade. Novas máquinas passaram a ser utilizadas no transporte da cana, facilitando a carga de grandes volumes do campo para os engenhos e destes até a ferrovia. Enquanto alguns engenhos foram modernizados, outros, já ultrapassados do ponto de vista da técnica, foram fechados e as propriedades convertidas em fornecedoras de cana para os engenhos centrais.

Em razão do exposto, a estrutura de produção sofreu alterações. As mercadorias resultantes — açú-

car, melado e álcool — sofreram uma diferenciação no processo produtivo. Enquanto o melado e o álcool atendiam ao consumo interno, o açúcar visava basicamente o mercado externo. A mudança fundamental com tais inovações tecnológicas ocorreu na produção do açúcar enquanto produto de exportação. As novas exigências obrigaram a um aumento da produção da cana-de-açúcar, significando esse aumento a extensão da área utilizada ou melhoria da produtividade, o que significava a utilização de terras irrigáveis. Ora, os mananciais haviam sido apropriados pelos grandes proprietários. Havia, no entanto, alguns mananciais remanescentes, mas que eram distantes dos engenhos. Por esse motivo foram adotadas várias estratégias de desenvolvimento, a fim de garantir uma produção maior, dentro dos limites impostos pela escassez da água. Uma das soluções foi investir na construção de açudes e de canais de irrigação, aumentando, dessa maneira, a área aproveitável para a produção da cana ou utilizando processos de racionalização do uso da água ou de rotação de culturas (arroz/cana). Predominou, no entanto, a prática da extensão das culturas (Melville, p. 36).

Os resultados foram complexos. A utilização das novas máquinas reduziu a necessidade de um grande número de trabalhadores. A instalação das novas máquinas atraía, num primeiro momento, um grande número de carpinteiros, marceneiros e ferreiros. Passada a fase inicial da instalação, eram dispensados e tinham de se deslocar à procura de outros trabalhos. Os antigos trabalhadores dos enge-

nhos, por sua vez, eram desempregados, obrigados a aceitar tarefas agrícolas ou emigrar para outras regiões, onde seus conhecimentos pudessem ser utilizados. O trabalho agrícola passou a ser temporário. A população camponesa tradicional cultivava parcelas de terras para a produção de cana e de alimentos, principalmente o milho. Paralelamente, desenvolvia-se a criação de gado para servir nos engenhos. Ora, a expansão da cultura canavieira passou a avançar sobre essas terras e, para sua conquista, todos os recursos foram adotados. Para isso os produtores de cana apoiaram-se no Estado e serviram-se do recurso da lei para impor sua dominação sobre as terras.

Ao mesmo tempo que os produtores de açúcar promoviam o crescimento econômico de suas empresas, formava-se uma classe de camponeses antagônica ao seu projeto sociopolítico. Ainda que a redistribuição das oportunidades de trabalho se amoldasse às novas exigências do desenvolvimento capitalista, não se ajustava às necessidades dos camponeses locais.

Despojados de suas propriedades, muitos camponeses começaram a trabalhar como parceiros nas piores terras. Depois, quando suas dívidas aumentaram, ofereceram-se como mão-de-obra. Apesar de continuarem a viver em suas aldeias, trabalhavam em grupos de assalariados. Morelos produzia açúcar e arroz em quantidade, mas tinha de importar artigos de primeira necessidade, e o custo de vida era quase tão alto quanto na Cidade do México. Dessa maneira, apesar de seus salários não serem baixos,

Emiliano Zapata em desenho de Posada e em fotografia da época.

comparativamente aos de outras regiões, contraíam altas dívidas. Eram, então, obrigados a deixar as aldeias e a se fixar nas fazendas como trabalhadores permanentes.

Por volta de 1909 o sistema de dominação dos produtores de açúcar do sul do México, particularmente da região de Morelos, preparava-se para se consolidar. Os moradores das aldeias estavam debilitados; seus dirigentes presos ou atemorizados. Muitos camponeses perderam seu gado, muitas aldeias ficaram despojadas de água para suas lavouras, perdendo igualmente seus bosques de onde retiravam a madeira. Havia, assim, um clima propício à revolta e uma reivindicação muito precisa — a necessidade de espaço para a garantia da própria sobrevivência individual e da família. Havia, ainda, a consciência clara da usurpação. O sentimento da usurpação representado pela expulsão da terra que, desde tempos imemoriais, pertencia às populações locais predispunha os camponeses de Morelos a aceitarem a proposta revolucionária de lutar pela restituição das terras usurpadas. Havia, ainda, outro aspecto importante, qual seja, a existência de uma forte liderança local representada pelos moradores que se sentiam lesados pela política porfirista. Foi nesse grupo que se projetou a liderança de Emiliano Zapata.

Emiliano Zapata nasceu por volta de 1879, em Anenecuilco, uma aldeia de Morelos junto ao rio Ayala, que deveria contar, em 1909, com 400 habitantes (Womack, p. 1). Perdeu os pais aos 16 anos e logo em seguida enfrentou problemas com as autori-

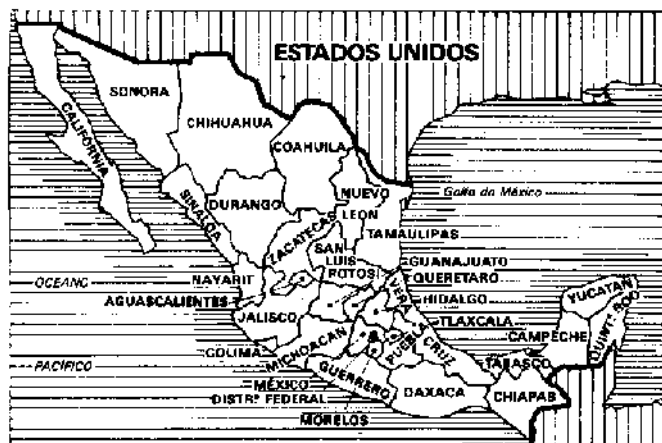
dades policiais de seu distrito, o que o obrigou a esconder-se durante algum tempo. De volta à aldeia, passou a ter uma certa ascendência sobre os jovens de sua idade, desenvolvendo uma atuação política marcante.

Zapata havia herdado de seus pais uma parte de terras e algum gado. Possuía uma casa de adobe e terra, o que, de acordo com os padrões locais, significava que não era um homem pobre; também não era trabalhador assalariado. Trabalhava sua terra e era parceiro numa fazenda próxima e, quando diminuía o trabalho, exercia as funções de muleteiro e de vendedor de cavalos. Nesse ofício, não só adquiriu o gosto pelos cavalos, mas também a vaidade de montar um belo animal. Nos dias festivos gostava de apresentar-se totalmente de branco, calçando botas de boa qualidade e cavalgando seu cavalo com arreios de prata. Na Cidade do México sua vestimenta negra chamara a atenção principalmente devido a seu colete com uma grande águia bordada nas costas (Womack, p. 5).

O nome Zapata em Anenecuilco era conhecido tradicionalmente como pertencente a políticos ilustres que, desde a independência, Reforma e intervenção estrangeira, sempre haviam estado na defesa dos camponeses locais. Emiliano, continuando a tradição de sua família, foi, aos 30 anos, eleito presidente do Conselho local.

A 12 de setembro de 1909 reuniram-se os chefes de família de Anenecuilco para a escolha do novo presidente do Conselho. O antigo presidente preve-

nia que os tempos estavam mudando e que exigiam gente nova. Os velhos já haviam dado sua ajuda à comunidade, havendo necessidade de renovar, pois os velhos juízes deveriam ceder seus lugares aos "guerreiros", uma vez que os tempos que se aproximavam seriam particularmente difíceis. Para governar seu povo nesses novos tempos, foi escolhido Emiliano Zapata. Emergia, assim, uma liderança local, adequada aos novos momentos que se abriam.

ESTADOS UNIDOS
SONORA
CALIFORNIA
CHIHUAHUA
COAHUILA
SINALOA
DURANGO
NUEVO LEON
Golfo do México
ZACATECAS
TAMAULIPAS
SAN LUIS POTOSI
GUANAJUATO
QUERETARO
OCEANO
NAYARIT
AGUASCALIENTES
VERA CRUZ
HIDALGO
YUCATAN
QUINT. ROO
JALISCO
TLAXCALA
CAMPECHE
MICHOACAN
PUEBLA
COLIMA
PACIFICO
TABASCO
GUERRERO
OAXACA
CHIAPAS
MEXICO
DISTR.º FEDERAL
MORELOS

Silva Herzog, Jesús — La Révolution Mexicaine. *Trad. de Raquel Thiercelien. Paris, Maspero, 1968, p. 7.*

O OPERARIADO E A REVOLUÇÃO

"Y vais a ser vosotros, obreros, la fuerza de esa revolución."

(*Flores Magón, Ricardo,* Regeneración, *p. 230*)

A Revolução Mexicana é vista como um movimento que mobilizou amplas massas do setor rural. Grande parte da temática da Revolução Mexicana esteve fundada na questão agrária. Nem por isso, no entanto, podemos afirmar ter ela sido um movimento exclusivamente rural. Ao contrário, os centros urbanos tiveram uma importância especial nesse movimento como centros de decisão, onde se concentrava o poder. A população operária, concentrada em alguns desses centros, teve igualmente uma participação na Revolução Mexicana. Apenas, por suas características próprias e pelo número mais reduzido, bem como pela sua concentração, era mais

vulnerável do que a população camponesa, tendo sua ação mais facilmente controlada pela ação reformista.

A organização operária mexicana teve inicio com a própria industrialização do México, a partir da segunda metade do século XIX. A população operária estava concentrada particularmente nos centros de mineração. As maiores concentrações estavam na Cidade do México, em Veracruz, Monterrey, San Luis de Potosí, Tampico, Toluca e Pachuca. A motivação da organização operária esteve ligada, desde seu início, à luta por melhores condições de vida e de trabalho. Da mesma forma que os camponeses, os operários mexicanos também tinham suas reivindicações a fazer. Essas reivindicações, por força da própria atuação política da classe operária, foram incorporadas aos programas dos clubes políticos e dos partidos que começaram a ser organizados no começo do século.

As primeiras formas de organização tiveram o caráter de sociedades mutualistas, de socorros mútuos e de denúncias da exploração dos trabalhadores, passando em seguida à organização sindical.

Quanto às formas de atuação manifestaram-se através de movimentos grevistas. A ação grevista era acompanhada pela ação jornalística liderada principalmente por anarquistas. Esse tipo de ação passou a se generalizar no México, a partir de 1865, quando ocorreu uma greve na localidade de San Ildefonso, numa indústria têxtil. A partir daí as greves tornaram-se freqüentes, acarretando uma ação repressiva,

o que significava o cerceamento da ação das lideranças, prisões e empastelamento de jornais.

As greves que tiveram uma importância maior pela sua intensidade, pelo significado de seus propósitos e pela sua repercussão foram as de Rio Branco e Cananea, localidades do norte do México, nas proximidades da fronteira com os Estados Unidos. Essas greves tiveram uma importância política muito grande em virtude da ação de jornalistas anarquistas que tiveram a preocupação de dar divulgação ao que se passava naquelas indústrias. Através da imprensa os anarquistas divulgaram a situação de exploração em que vivia o trabalhador mexicano e sua situação de inferioridade em relação ao trabalhador norte-americano.

Desde inícios do século XX, os sindicatos operários já organizados constituíam alvo da ação aliciadora de lideranças políticas. Esse tipo de ação adquiriu uma expressão particular com a criação da *Casa del Obrero Mundial* (COM), instituição que congregava uma variedade de sindicatos operários. A tentativa de manipulação da COM, num momento difícil da história do operariado mexicano, momento de desemprego, alta do custo de vida, inflação, comprometeu sensivelmente a participação da classe operária na Revolução Mexicana.

O que se discute nesse particular é a desvinculação da classe operária com o movimento dos trabalhadores rurais. Um dos pontos mais sensíveis da Revolução Mexicana reside justamente nesse aspecto. No momento da derrubada da ditadura porfi-

rista, a aliança operário-camponesa existiu e foi positiva. Posteriormente, porém, as lideranças autênticas do operariado mexicano foram afastadas mediante prisões, deportações e mortes. Por sua vez, os políticos reformistas passaram a desenvolver uma ação desagregadora daquela aliança.

Desfeita a aliança operário-camponesa, afastadas as principais lideranças com a adesão de setores do operariado aos grupos reformistas, o movimento operário mexicano achava-se descaracterizado. Entretanto, apesar de a ação ser desvirtuada, pode-se atribuir à constância do movimento operário mexicano a inclusão no texto constitucional de grande parte de suas reivindicações.

A LUTA PELA DERRUBADA DA DITADURA PORFIRISTA

"Ay, ay, ay, ay!
canta y no llores,
porque cantando, se alegran, cielito lindo,
los corazones..."

As contradições geradas pela política desenvolvida por Porfírio Diaz, que resultou na transformação do México num Estado capitalista com características definidas, permitiram a emergência de sérios descontentamentos patenteados em problemas, como a proletarização do homem do campo, reivindicações camponesas de terras e solicitação da revogação de leis que se traduziam em prejuízos ao homem do campo. Nas regiões industriais, a própria concentração operária obrigava à convivência daqueles que, sentindo problemas comuns, buscavam soluções coletivas ao sentir a exploração do trabalho. A "modernização" do México empreendida durante

o período porfirista havia gerado um grande número de desempregados, de subempregados, de "foras-da-lei", criando uma massa disponível a participar de contingentes armados.

Da mesma forma, na própria burguesia mexicana havia sinais de descontentamentos. Essa burguesia não se apresentava de maneira uniforme. O rápido crescimento econômico do México durante esse período havia permitido a ascensão de um setor mais progressista que, em razão particularmente dos contatos com outros centros mais adiantados, passou a adotar uma postura crítica em relação à política desenvolvida por Porfírio Díaz e, particularmente, ao grupo dos "científicos". Esse grupo podia ainda sentir a forte tensão social que pesava sobre a sociedade mexicana, antevendo os riscos a que estariam sujeitos diante do agravamento dessas tensões. Por outro lado, pelo contato que mantinha com outros países, idealizava uma "democracia liberal" para o México. Camilo Arriaga e Francisco I. Madero representavam esse grupo.

Díaz Soto y Gama, Juan Sarábia, Rivera e Ricardo Flores Magón representavam os intelectuais pequeno-burgueses familiarizados com os problemas da maioria dos mexicanos, influenciados pelas obras anarquistas e socialistas, e defendiam a formação de uma coligação com outras classes de maneira a envolver operários e camponeses. Os irmãos Flores Magón tiveram uma posição muito bem definida dentro desse grupo. Eles representavam muito bem o grupo de intelectuais procedentes da pequena bur-

guesia, cuja atuação passava inicialmente pela universidade através do movimento estudantil e, posteriormente, pela ação jornalística.

Todas essas tensões e novas posturas políticas seriam canalizadas por uma força política na busca de uma solução que aos poucos foi se revelando — a conquista do poder. Inicialmente essa força foi representada pelos Clubes políticos, forma de organização possível, dentro das limitações do momento. O *Círculo Liberal Ponciano Arriaga*, organizado em San Luis de Potosí e dirigido por Camilo Arriaga e Juan Sarábia é um exemplo deles. Esses clubes representavam o início de uma organização política que, posteriormente, seria consubstanciada em partido. A forma de luta encontrada foi a da ação jornalística e de reuniões isoladas de início, saindo depois às ruas através de passeatas e comícios. A produção jornalística, apesar de suas limitações, destacou-se com *El Hijo del Ahuizote*, de Juan Sarábia; *Excelsior*, de Santiago de la Hoz; *Regeneración*, de Ricardo Flores Magón; *El Diario del Hogar*, de Filomeno Mata, e outros.

O movimento político adquiriu mais força, no entanto, com a criação de um partido político. A 30 de agosto de 1900, em San Luis de Potosí, Camilo Arriaga publicou o manifesto *Invitación al Partido Liberal*, lançando assim as bases do partido. Dentro do Partido Liberal Mexicano (PLM) eram conhecidas as desavenças entre seus componentes, geralmente intelectuais de diversos estratos sociais, que estavam dispostos a formar novas coligações políticas, que

compreendiam diferentes classes para se oporem a Porfírio Díaz e oferecerem reformas políticas e sociais. Como Camilo Arriaga, Díaz Soto y Gama, Juan Sarábia e Ricardo Flores Magón foram representantes de um certo tipo de intelectuais.

A proposta de Arriaga continha uma reafirmação do liberalismo do século XIX, retomando a crítica à ação da Igreja e iniciando uma oposição a Porfírio Díaz. Assim, tornou-se freqüente o apelo ao passado, à necessidade da restauração da Constituição de 1857. Daí o aspecto contraditório do partido. Para que se efetivasse o novo seria preciso restaurar o velho, que havia sido descartado pela política autoritária de Porfírio Diaz. Sem se aventurar numa proposta totalmente nova, o que estava presente era a idealização da democracia sonhada por Benito Juárez na época da Reforma. Mesmo as propostas mais avançadas, como a dos irmãos Flores Magón, estavam marcadas por essa idealização do passado.

Ao sair da prisão, onde estivera algum tempo por ter participado do movimento estudantil, Ricardo Flores Magón fundou, juntamente com seu irmão, um jornal com o sugestivo título de *Regeneración*. O Clube Liberal, fundado por Camilo Arriaga, lançou o jornal *Renacimiento*. Da mesma forma, o primeiro Congresso Liberal, realizado a 5 de fevereiro de 1901, teve o sentido de comemorar a Constituinte de 1857, retomando a ideologia liberal.

Iniciando seu trabalho político, o Partido Liberal Mexicano publicou, em março de 1901, o *Manifesto a la Nación* denunciando a estrutura política do

México, exigindo a formação de partidos políticos e criticando, ainda, a participação dos "científicos" num governo personalista e antidemocrático. Como resposta, seus membros foram excomungados pela Igreja e condenados por Porfírio Díaz.

Na Cidade do México os liberais fundaram a *Asociación Liberal Reformista*. Porfírio Díaz, passando à ofensiva, fechou os clubes. Jesus e Ricardo Flores Magón, em razão de artigos publicados em *Regeneración*, foram presos. Apesar da prisão dos dois líderes, seus companheiros continuaram o trabalho no jornal, que acabou empastelado. Toda essa ação do governo não diminuiu a intensidade do movimento da oposição, que programou para novembro de 1901 seu segundo Congresso. Os temas em debate seriam a Reforma Agrária, o problema dos índios yaquis, o regime de trabalho nas grandes fazendas e o controle das riquezas da nação pelos estrangeiros. Poucos dias antes da realização do Congresso, a polícia invadiu a sala de reuniões, fez uma série de prisões e o Congresso foi cancelado. Numa demonstração de força, o Estado porfirista fechou, em um ano, 42 jornais e 50 jornalistas foram presos.

Postos em liberdade, os liberais retomaram suas atividades. No entanto, a repetição do processo de aprisionamento impediu a circulação sistemática dos jornais. Os líderes Magón, Soto y Gama e Arriaga escolheram o exílio e, dos Estados Unidos, passaram aos poucos a dirigir o movimento de oposição à ditadura de Porfírio Díaz. O tema a que se apegaram os liberais na campanha de 1903 era o da não-reeleição.

A campanha sofreu violenta repressão com prisões arbitrárias, supressão da liberdade de expressão e de reunião, com freqüentes assassinatos. Aos poucos, concluía-se que seria difícil chegar ao poder pelos meios legais. Somente com o uso da força isso seria possível. Projetou-se assim a idéia de revolução, entendida aqui como tomada do poder por uma ação violenta, fora dos princípios legais. A idéia foi lançada inicialmente por Ricardo Flores Magón. Retomando em San Antonio (Texas) a publicação de *Regeneración*, reorganizou o Clube Liberal, rompendo com o grupo de Camilo Arriaga. Depois de escapar de uma tentativa de assassinato, Ricardo mudou-se para Saint Louis (Missouri), passando a pregar a necessidade de uma revolução a fim de se conseguir "Reforma, Liberdade e Justiça", sendo preso pelos agentes da Pinkerton.

A 1º de julho de 1907, o Partido Liberal Mexicano publicou seu programa, em Saint Louis, Missouri, consistindo basicamente dos seguintes itens: mandato presidencial de 4 anos; não-reeleição; eliminação do serviço militar obrigatório; abolição da pena de morte; multiplicação das escolas primárias; ensino público; melhoria salarial para os professores; obrigatoriedade aos estrangeiros de se naturalizarem ao adquirir propriedades; restrições à imigração; imposição de impostos à Igreja.

Quanto às relações capital-trabalho: jornada máxima de 8 horas; estabelecimento de um salário mínimo regional; regulamentação dos serviços domésticos; proibição do trabalho do menor; obrigação

às fábricas de manter boas condições de salubridade e de higiene, particularmente nos casos de risco no trabalho; obrigação de propiciar o bem-estar do trabalhador. Para os trabalhadores das minas, obrigação de fornecer acomodações higiênicas, pagando indenização em casos de acidentes; menor número possível de estrangeiros e obrigatoriedade de repouso dominical.

Quanto à produção agrária, exigia-se a obrigação de tornar as terras produtivas. Aqueles que não atendessem a essa determinação teriam suas terras confiscadas. Distribuição de terras àqueles que necessitassem delas. Criação de um Banco Agrícola. Modificação no sistema de impostos. Cláusula especial — não-reconhecimento da dívida contraída pela ditadura.

O Manifesto de 1907 contém, de modo geral, as reivindicações básicas da Revolução que permaneceram durante todo o período de luta e que são retomadas a partir das discussões da Assembléia Constituinte de 1916-1917. A comparação dos dois documentos — o Manifesto e a Constituição Mexicana de 1917 — dá a medida do avanço ou do recuo das pretensões revolucionárias.

O DESENCADEAMENTO DA REVOLUÇÃO

"La Cucaracha, la Cucaracha,
ya no puede caminar,
porque no tiene, porque le falta
marijuana que fumar."

No quadro político descrito anteriormente, uma notícia teve repercussão notável. Em janeiro de 1908, Porfírio Díaz, em entrevista concedida ao jornalista norte-americano James Creelman, deu a conhecer sua intenção de deixar o poder. A divulgação dessa notícia abriu possibilidades de organização das forças políticas que aspiravam ao poder. Emergiram assim as lideranças para a disputa do poder com a reorganização dos partidos políticos, agora com um objetivo imediato.

Entre os nomes que se projetaram nesse momento encontrava-se o de Francisco I. Madero, que

ao final de 1908 publicou um livro com o título de *La Sucesión Presidencial en 1910. El Partido Nacional Democrático*.

Francisco I. Madero era natural de Parras (Coahuila), onde nasceu a 30 de outubro de 1873 numa família de grandes proprietários territoriais (Cumberland, *Madero y la Revolución Mexicana*, p. 41). Foi educado inicialmente por professores particulares e depois matriculou-se numa escola de jesuítas de Saltillo e, em seguida, numa escola católica de Baltimore. Aos 14 anos foi à França para estudar comércio e economia. Em 1892, em Berkeley (EUA), especializou-se no estudo da agricultura. De volta ao México, em 1893, passou longo tempo em visita às extensas propriedades de sua família, procurando entender as condições econômicas da região. Na França havia se definido pelo espiritismo e, de volta ao México, passou a se dedicar apaixonadamente ao tema, chocando-se nesse particular com a opinião dos "científicos" da época. A partir de seus estudos e da observação pessoal das condições sociais existentes no México, Madero concluiu que o único caminho para seu país seria a prática da democracia, entendida esta nos moldes do liberalismo clássico do século XVIII. Seu envolvimento político ocorreu inicialmente em nível local, de política municipal e estadual em Nuevo León.

Em seu livro, *La Sucesión Presidencial en 1910*, dedicado "aos heróis da nossa pátria, aos jornalistas independentes e aos bons mexicanos", Madero critica a administração de Porfírio Diaz, resguardando,

no entanto, a pessoa deste. Expõe, também, suas idéias a respeito do que supunha dever ser a democracia mexicana. De maneira particular discute a questão da não-reeleição e do sufrágio universal. O livro é dirigido particularmente à classe média, convidando-a a dirigir um movimento regenerador. Contém uma proposta de partido político, o Partido Nacional Democrático. Madero supunha que talvez houvesse ainda a possibilidade de se realizar um acordo com Porfírio Díaz. Este ocuparia a Presidência e um membro do PND ocuparia a Vice-Presidência.

O projeto de Madero de formar um partido político tomou forma em 22 de maio de 1909, quando foi fundado o *Partido Antirreeleccionista* (Nunes, p. 70). Este partido englobava principalmente elementos de classe média: intelectuais independentes, profissionais liberais e a nova classe mercantil e de industriais do norte e do nordeste. O Partido lançou Madero como candidato à Presidência e Vázquez Gómez à Vice-Presidência. Sua plataforma consistia em: não-reeleição, sufrágio direto, liberdade política e liberdade de imprensa, liberdade de ensino, melhoria das condições de vida do operário, fundação de colônias agrícolas, tentativa de solução para o problema dos índios, luta contra os monopólios e privilégios, incentivo à grande e, particularmente, à pequena agricultura, à irrigação, mexicanização do pessoal das ferrovias, reforma do Exército, reforço das boas relações com países estrangeiros, particularmente da América Central, investimentos públicos

A entrada de Madero no México (in Posada's Popular Mexican Prints).

em benefício do país, impostos repartidos eqüitativamente.

Madero, na companhia de Roque Estrada, iniciou a campanha eleitoral viajando pelo país. De início, poucas pessoas acorriam para ouvi-lo, mas, em pouco tempo, a cada comício compareciam multidões. A campanha desencadeada por Madero continha uma crítica à administração de Porfírio Díaz qualificada de loucura pela imprensa porfirista, que passou a ridicularizar Madero.

O porfirismo era apoiado pelo clero graças à política de conciliação, assim como também pelas forças econômicas mais poderosas do país: banqueiros, industriais, comerciantes e grandes proprietários. Todos eles eram conservadores. Mas, diante do sucesso popular de Madero, as autoridades começaram a se preocupar (Silva Herzog, *Breve Historia de la Revolución Mexicana*, vol. 1, p. 120). De início, criaram dificuldades para a realização de comícios, até quando Madero e Roque Estrada foram aprisionados, em San Luis de Potosí, a 7 de junho de 1910, sob a acusação de incitar o povo à rebelião. A partir daí aumentou mais ainda a popularidade de Madero, que apareceu aos olhos do povo como uma vítima de um regime despótico. Madero e Roque Estrada foram libertados a 22 de julho, depois de 45 dias de prisão, liberdade sob fiança por interferência dos pais de Madero, com a ajuda de José Ives de Limantour, então ministro da Fazenda.

As eleições, que ocorreram a 26 de junho de 1910 e se desenvolveram numa atmosfera de paz

imposta pelo terror — a prisão de Madero e Roque Estrada são prova disso — deram vitória a Porfírio Díaz.

Estava programada para setembro a comemoração do centenário da independência do México, como um grande acontecimento internacional. O México mostraria para o mundo o seu crescimento econômico, sendo a capital totalmente remodelada e construídos pavilhões para ostentar uma feira internacional. Seria a apoteose da ditadura, antes que Porfírio Díaz deixasse o poder, o que já estava previsto para breve, por insinuação do próprio presidente ou mesmo em razão de sua avançada idade.

Por ocasião das festas do centenário da independência, os partidários de Madero organizaram uma manifestação que foi violentamente reprimida. Foram efetuadas várias prisões na noite de 5 para 6 de outubro. Madero fugiu de San Luis de Potosí, dirigindo-se a San Antonio, no Texas. No exílio, Madero redigiu o *Plano de San Luis de Potosí*, datado de 5 de outubro de 1910, que veio a ser a plataforma da Revolução Mexicana.

No *Plano de San Luis*, Madero reafirmava o exposto anteriormente em sua campanha política: sufrágio direto, não-reeleição presidencial. Já nesta altura ficara claro que não seria possível, à oposição, ascender ao poder por vias legais, colocando-se o problema da necessidade do recurso à luta armada, definindo-se então Madero pela revolução.

A data da insurreição ficou marcada para 20 de novembro. Sem trazer grandes modificações em rela-

ção às propostas políticas de Madero divulgadas anteriormente, o *Plano de San Luis* notabilizou-se pelo parágrafo terceiro do artigo terceiro, que teve uma ação mobilizadora, de efeito fundamental para o desencadeamento da ação revolucionária. A propósito da necessidade de devolução das terras usurpadas, Madero propunha o seguinte: "Abusando da lei de terrenos baldios, numerosos pequenos proprietários, em sua maioria indígenas, foram despojados de suas terras por acordo da Secretaria do Fomento, ou por atos dos tribunais da República. Sendo de toda a justiça restituir a seus antigos possuidores os terrenos que se lhes despojaram de um modo tão arbitrário, declaram-se sujeitos à revisão tais disposições e atos e se exigirá aos que os adquiriram de um modo tão imoral, ou a seus herdeiros, que os restituam a seus primitivos proprietários, os quais pagarão também uma indenização pelos prejuízos sofridos. Só nos casos de que esses terrenos tenham passado a uma terceira pessoa antes da promulgação deste plano, os antigos proprietários receberão indenização daqueles em cujo benefício se verificar o despojo" (Silva Herzog, *op. cit.*, p. 138).

A questão da restituição das terras usurpadas seria a palavra de ordem esperada pelos camponeses que se sentiam prejudicados com o avanço sobre suas terras na região sul, principalmente em Morelos. De maneira que era um apelo a todos aqueles que se sentiam prejudicados, como uma grande parte da população do norte que, atendendo a apelo de Madero, colocou-se sob a liderança de Villa ou de

Orozco.

O desencadeamento do movimento foi antecipado, porém, pela ação da polícia porfirista que, a 18 de novembro, em Puebla, investiu contra Aquiles Serdán, correligionário de Madero. Sua casa foi cercada e todos os ocupantes foram mortos, depois de uma resistência desesperada de algumas horas.

Após os acontecimentos de Puebla começaram a se movimentar grupos armados em diversos pontos do país, iniciando uma ação que, embora ainda não de todo articulada, contribuiu, por isso mesmo, para desorientar as forças federais. No norte levantaram-se as tropas de Orozco, Villa, Luiz Blanco e Guillermo Baca, havendo ação dos grupos rebeldes em Chihuahua, Sonora, Durango, Zacatecas e Cahuila.

As primeiras tentativas de luta armada foram inseguras, imprecisas e desarticuladas, permitindo, no entanto, que outros grupos se sentissem estimulados a integrar-se ao movimento. Em Morelos a adesão às forças rebeldes estava ainda sendo discutida. Quanto a Madero, que havia se refugiado nos Estados Unidos, tentava, de lá, coordenar a ação rebelde. A principal dificuldade do comando estava na falta de recursos e também na falta de entendimento entre as lideranças. Outra questão que veio interferir na ação do comando foi a notícia da ameaça de prisão de Madero pelo governo norte-americano. Em vista disso, Madero foi obrigado a se manter oculto durante algum tempo.

Quanto a Porfírio Díaz, desde que surgiram as primeiras manifestações de revolução, entrou em

contato com o governo dos Estados Unidos a fim de evitar que fosse dada ajuda aos rebeldes e insinuando que fosse feita a prisão de Madero. Apesar da solicitação de Porfírio Díaz, o governo norte-americano não criou dificuldades à ação daquele. Os combates continuavam intermitentes, gerando uma situação insegura e confusa. Em meio a essa desarticulação evidenciou-se uma possibilidade de vitória dos rebeldes em Cidade Juárez, ponto estratégico importante pela proximidade dos Estados Unidos, o que significava a possibilidade de se obterem recursos em armas e munições. A tomada de Cidade Juárez seria para os rebeldes um fator decisivo de vitória, mas para isso seria preciso que a unidade de comando fosse assegurada pela presença de Madero. Este julgava, no entanto, que sua presença só deveria ocorrer quando, de fato, fosse configurada a vitória dos rebeldes. Durante esse momento de indefinição, os rebeldes concentravam suas forças em Chihuahua.

Antes de regressar ao México, Madero elaborou um plano de ação que consistia na captura de várias localidades do norte de Chihuahua, o isolamento e a derrota de pequenas unidades do Exército Federal e a destruição das comunicações entre a capital e Cidade Juárez e, finalmente, a captura de Cidade Juárez.

A execução do plano contava com a séria dificuldade da falta de recursos, uma vez que o governo norte-americano não liberara a venda de armamentos. Nessas circunstâncias, a notícia da presença de tropas com cerca de 20 000 homens do exército norte-

As tropas de Zapata avançavam e gritavam: Tierra! Tierra! Tierra!

americano ao longo da fronteira mexicana inquietou tanto a rebeldes como a federais. Ainda que os Estados Unidos tentassem desacreditar a idéia de que se tratava de uma intervenção, era claro indício de que o governo do Norte tinha dúvidas quanto à capacidade de Díaz para proteger os súditos norte-americanos e suas propriedades. O alarme aumentou mais ainda com o anúncio de que a frota americana do Pacífico iria efetuar manobras na costa ocidental do México. Para o governo mexicano ficava clara a perda de confiança em sua capacidade de reprimir as forças revolucionárias e impor a paz. As "manobras" norte-americanas nasceram de uma conferência entre o presidente Taft e o embaixador Henry Lane Wilson, na qual este expressou sua opinião de que a queda do regime de Díaz já havia começado e assinalou os perigos para as vidas e propriedades dos americanos (Cumberland, *op. cit.*, p. 156).

Por sua vez os rebeldes mantinham contatos com o governo norte-americano através de Vázquez Gómez. O resultado dessas negociações foi uma proposta de anistia geral, substituição de alguns governadores, modificação da lei eleitoral, reforma da Constituição e mudanças ministeriais. Ao invés dessas soluções, os rebeldes já haviam adotado seus próprios métodos e o movimento passara a tomar mais alento pela adesão de Morelos, com Zapata, a 10 de março.

A ação de Zapata contribuiu sensivelmente para a melhoria da situação dos rebeldes do norte em função de sua organização muito particular e pelo

seu caráter regional, desviando a atenção do Exército Federal. A guerrilha zapatista era típica. Os revolucionários, peões das fazendas ou habitantes das aldeias, formavam comumente bandos de 30 a 200 ou 300 homens comandados por um *guerrillero*. Uns iam a pé, outros montavam seus pequenos cavalos ou mulas roubadas das fazendas próximas. Possuíam apenas as armas e munições que conseguiam roubar das tropas regulares em golpes audaciosos ou então apetrechos que eles mesmos fabricavam. Em suas ações de emboscada conseguiram alguns canhões. Guerra de camponeses conhecedores de seu terreno, a ação guerrilheira não estava desvinculada das atividades habituais. À passagem dos *federales* os rebeldes transformavam-se rapidamente em trabalhadores da terra. Cortavam as comunicações, faziam armadilhas e emboscadas aos destacamentos regulares. (Chevalier, *Le soulèvement de Zapata*, p. 69).

No Norte os rebeldes haviam criado uma situação de governo de fato, com a sede em Bustillos, concentrando-se a luta na tomada de Cidade Juárez, capturada finalmente, a 11 de maio de 1911.

A 21 de maio foi assinado um acordo entre maderistas e federais, pelo qual estavam finalizados os combates. A 25 de maio o presidente e o vice-presidente demitiram-se e foi organizado um governo provisório sob a direção de Francisco de la Barra. Este, de acordo com a Constituição, deveria convocar eleições gerais. A 27 de maio, Porfírio Díaz embarcou para a Europa.

Depois de uma verdadeira marcha triunfal pelo país, Madero chegou à Cidade do México a 7 de junho de 1911, sendo aclamado por uma verdadeira multidão.

A ORGANIZAÇÃO DO PODER REVOLUCIONÁRIO

"... hacia atrás, hacia atrás, en la nostalgia, podrás hacer tuyo cuanto deseas: no hacia adelante, hacia atrás..."

(*Carlos Fuentes*, La Muerte de Artemio Cruz)

Um dos alvos propostos pela revolução, a derrubada de Porfírio Díaz do poder, fora atingido; isto, no entanto, não significava a derrubada da ditadura. Nesse ponto é que começam as críticas, particularmente em relação à forma pela qual ocorreu a saída de Díaz do poder. A crítica maior reside no caráter parcial do movimento, sua timidez, uma revolução que não se completara em seu momento decisivo. A idéia da conquista do poder pelas armas, com a organização de um Exército Revolucionário, não condizia com os acontecimentos quando, em nome dos "princípios democráticos", fez-se o apelo à lei

para a organização do poder, de conformidade com a Constituição de 1857, o que permitiu uma continuidade do poder em mãos de antigos porfiristas. Apesar de todo o aparato bélico, do choque dos dois exércitos, na verdade a solução escolhida foi a legal, conforme a Constituição, uma Constituição que havia sido desprezada pela ditadura. A renúncia do presidente e sua substituição por um governo provisório, dentro dos quadros do poder derrubado, deixava dúvidas sobre a natureza do movimento.

No momento final da luta pela derrubada da ditadura, houve a união de esforços de setores diferenciados da sociedade de maneira a compor uma imensa frente dotada de um objetivo comum. Ao se atingir a meta, fazendo desaparecer o motivo da união momentânea, os conflitos começaram a surgir. Além do mais, a forma pela qual fora derrotado o poder constituído, em seu momento final, não permitindo uma vitória retumbante das forças coligadas, diminuindo o impacto da vitória, desmerecendo-a até, não deixou que as tropas revolucionárias ostentassem glórias pelo fim atingido. Ao renunciar, Porfírio Díaz privou Madero do sabor de uma batalha ganha em campo. As tensões de uma vitória incompleta não tardaram a extinguir a coligação revolucionária.

Entretanto, o desencadeamento da luta armada simultaneamente, em vários pontos do país, não seria detido com a renúncia de Porfírio Díaz. Sem uma unidade de comando, estimulados pela possibilidade de sucesso na busca de soluções para os problemas

locais, o Exército Revolucionário não estava disposto a cessar sua ação. Se bem que a derrubada da ditadura tivesse sido a motivação inicial para os combates, a expectativa era outra. Os problemas locais pesaram muito mais. O que se esperava era a solução para as questões agrárias.

As exigências do Exército Revolucionário tornavam-se cada vez mais um peso ao novo governo. O problema a ser resolvido era grave na medida em que o que se exigia era a adoção de soluções rápidas e radicais. Ao contrário, a cúpula propunha soluções legais, institucionais, o que demandava tempo. Seria preciso primeiro reorganizar o poder para colocá-lo em condições de agir.

Imediatamente após o acordo de Cidade Juárez, aflorou uma série de problemas aos revolucionários. A 26 de maio de la Barra assumiu a Presidência em caráter provisório, até que fossem realizadas as eleições. Organizou seu gabinete ministerial composto por antigos porfiristas, liberais moderados e conservadores.

Fora instituída uma dualidade de poder que enfraquecia o movimento. De um lado estava o governo provisório, representado por de la Barra e, de outro, a liderança de Madero, representando as forças revolucionárias. Essa dualidade de poder configurava-se igualmente na existência de dois exércitos: de um lado o Exército Federal, remanescente do exército porfirista, profissional e organizado; de outro lado o Exército Revolucionário, improvisado, desarticulado, mas teimando em se manter mobilizado.

A liberdade instaurada com a queda da ditadura deu oportunidade ao afloramento de manifestações de toda ordem, particularmente na imprensa que, há tanto tempo amordaçada pela censura porfirista, encontrava agora a oportunidade tão esperada do debate, da crítica e da oposição.

A crítica recaía sobre a própria forma de organização do poder. A insistência de Madero na sua maneira particular de conduzir o processo, desde as negociações de Cidade Juárez, não querendo assumir o poder, em nome da legitimidade, insistindo na sua crença do sufrágio, deu oportunidade ao enfraquecimento de sua liderança aos olhos dos revolucionários, que esperavam decisões mais firmes, mais imediatas e mais radicais. Além disso, essa contemporização deu oportunidade a críticas de porfiristas, de católicos e de revolucionários descontentes. Durante essa fase, o debate sobre questões sócio-econômicas adquiriu uma violência maior. Cada grupo revolucionário garantia ser o verdadeiro representante das classes menos favorecidas e cada um tinha num intelectual seu porta-voz. Esses grupos, conforme se aprofundassem no debate, dirigiam suas críticas à política de Madero.

Iniciadas as articulações políticas, passou-se à reorganização dos partidos com vistas às eleições. Madero propôs, a 9 de julho, a dissolução do *Partido Antirreeleccionista*, o que provocou uma forte crise política. Na sua opinião, o partido havia se formado com a finalidade de combater a ditadura de Porfírio Díaz, e acreditando que o poder instituído garantiria

o sufrágio e a não-reeleição o partido não teria mais razão de ser. Isso provocou descontentamentos por parte daqueles que acreditavam ser necessária a sua manutenção. Os descontentes desligaram-se de Madero, ficando sob a liderança de Vázquez Gómez. Essa cisão veio apenas completar um desentendimento anterior dos irmãos Vázquez Gómez com Madero a respeito do problema agrário. Estes consideravam que a solução do problema agrário deveria ser imediata. A negativa de Madero e sua insistência por uma ação moderada e institucional contribuiu para agravar a crise, culminando com a cisão.

Ao propor a dissolução do *Partido Antirreeleccionista*, Madero articulou a fundação de outro, denominado *Partido Constitucional Progresista*. Ainda nessa ocasião foram organizados os partidos *Nacional Democrático* e o *Liberal*, e surgiram novos como o *Partido Liberal Radical* e o *Partido Católico*, ambos de oposição.

A oposição a Madero era formada pelos porfiristas, magonistas, reyistas, "científicos", vazquistas, havendo ainda opositores na Câmara dos Deputados, no Senado e nas Secretarias. A par da questão político-partidária e da oposição que se fazia pela imprensa, Madero enfrentou ainda problemas resultantes da manutenção de dois exércitos, o federal e o revolucionário.

A 12 de julho ocorreu um incidente em Puebla envolvendo as duas forças. No dia seguinte, Madero foi a Puebla e criticou a atuação dos revolucionários, insistindo na necessidade da desmobilização. Esse

incidente desagradou as lideranças revolucionárias de Puebla, que lançaram um plano de ação mais radical do que o de San Luis.

Outra questão que contribuiu para aumentar a crítica a Madero foi a sua atitude durante a Convenção do *Partido Constitucional Progresista*, quando da escolha do candidato à Vice-Presidência. O mais popular deles era Francisco Vázquez Gómez, mas Madero praticamente impôs o seu candidato, Juan Maria Pino Suárez.

Num ambiente tenso começaram os preparativos para as eleições. Madero acreditava poder contar com o apoio popular, em nome do patriotismo e da bondade humana, esperando como resposta que esse povo depositasse nele a confiança necessária para a solução dos problemas levantados no decorrer da campanha. Como era de opinião que a manutenção do Exército Revolucionário seria desnecessária, desde que o problema agrário pudesse ser resolvido institucionalmente, insistia na desmobilização das forças revolucionárias.

Zapata manifestou-se contrário à desmobilização, declarando que só desarmaria seus homens quando houvesse a devolução das terras usurpadas. Madero tentou convencê-lo, mas sem sucesso. Dirigiu-se, então, a Cuatla e prometeu a devolução das terras quando chegasse efetivamente ao poder, oferecendo ao general Eduardo Hay, ligado a Zapata, o governo de Morelos. Zapata concordou e deu início à desmobilização de suas tropas. Mas, em face da dualidade de poder, se Madero representava a chefia

do poder revolucionário, o verdadeiro chefe do Estado era de la Barra, que não aceitou a proposta de Madero e, diante dos protestos de Zapata, enviou a Morelos tropas federais sob o comando de Victoriano Huerta, que tomou facilmente Cuatla, Yautepec e Ayala.

Se de um lado ficara patente a dualidade de poder, de outro a fragilidade da liderança de Madero era evidente, tornando-o alvo fácil das críticas oposicionistas. Nesse setor, a atuação da imprensa magonista, sob a liderança de Ricardo Flores Magón, deu mostras de sua insatisfação, particularmente em seu *Manifiesto del 23 de septiembre de 1911*. Os magonistas convocaram os despossuídos a expropriarem não só a terra, mas também todos os meios de produção para colocá-los na posse dos verdadeiros produtores, as classes trabalhadoras (*Regeneración*, p. 306).

Nesse ambiente foram realizadas as eleições, em outubro de 1911. Concorreram: *Partido Constitucional Progresista*, cujos candidatos à Presidência e à Vice-Presidência eram respectivamente Francisco I. Madero e Pino Suárez; *Partido Antirreeleccionista*, com Madero para presidente e Vázquez Gómez para vice-presidente; *Partido Católico*, presidente Madero e vice-presidente de la Barra. A indicação do nome de Madero por partidos políticos de tendências diversificadas demonstra a maleabilidade de sua proposta política, mas, ao mesmo tempo, uma possibilidade de união e de efetivação das propostas revolucionárias, o que destoava do quadro geral da expectativa

da oposição.

Eleito, Madero assumiu a Presidência a 6 de novembro de 1911, em plena crise nacional, em meio a greves operárias, à recusa dos ex-revolucionários em desmobilizar suas tropas, demonstrando uma falta de confiança no novo governo. Madero continuava empolgado pelo seu otimismo, reafirmando a crença do sucesso da revolução ao atingir a meta do sufrágio efetivo. Organizou um gabinete composto por políticos liberais e conservadores moderados, com apenas dois nomes de participantes do movimento revolucionário — Manuel Bonilla e Abrahan González.

Logo de início Madero enfrentou o levante dirigido por Bernardo Reyes, que foi aprisionado. A ação mais decisiva, no entanto, foi a de Emiliano Zapata que, a 25 de novembro, lançou o *Plano de Ayala*. Por este plano, Madero foi considerado traidor da revolução pelo uso da força contra os próprios revolucionários, pela imposição de um vice-presidente, por pactuar com os "científicos" e com os grandes proprietários. Sendo inepto para governar, não era reconhecido como presidente do México, para cujo cargo os zapatistas indicavam o nome de Pascual Orozco ou, no caso de ele não aceitar, Zapata. Propunha uma revisão do *Plano de San Luis* com a devolução das terras usurpadas aos portadores de títulos; expropriação dos grandes patrimônios territoriais monopolizados, para uma redistribuição da terra, quer na sua forma de apropriação individual, quer na sua forma de apropriação coletiva, como nos *ejidos*, visando o bem-estar dos mexicanos;

e a nacionalização dos bens daqueles que se opusessem ao *Plano de San Luis*. Seus bens seriam canalizados para o pagamento de indenizações de guerra. O plano teve divulgação ampla, sendo publicado em *El Diário del Hogar*. A resposta de Madero foi o envio de tropas para combater os zapatistas.

Em fevereiro de 1912 foi a vez do Norte. Os revolucionários de Chihuahua, sob o comando de Pascual Orozco, insurgiram-se contra Madero. Pascual Orozco, antigo general maderista, lançou um plano de ação política contra Madero, em março de 1912, pelo qual acatava os planos de San Luis, Tacubaya e Ayala. Fazia críticas a Madero e aos Estados Unidos e sua possibilidade de intervenção na política mexicana. Propunha a supressão da Vice-Presidência e dos chefes políticos; que se desse maior autonomia ao poder municipal e que fossem garantidas as liberdades de pensamento e de palavra. Reivindicava melhores condições de trabalho e de salário aos operários e sugeria uma reforma agrária com a devolução das terras usurpadas, respeitando-se os portadores de títulos legais, com a distribuição de terras não-cultivadas e de terras baldias. Imediatamente se organizou uma coluna militar, sob o comando de Victoriano Huerta, para combater os orozquistas. Dessa coluna fazia parte Francisco Villa.

Na mensagem de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, a 1º de abril de 1912, Madero informou os deputados a respeito do andamento de seu governo. Criticou os movimentos de Zapata e de Orozco, chamando-os de injustos, e reafirmou sua

confiança no exército regular. Quanto à questão agrária, seria estudada inicialmente por duas comissões: a Comissão Nacional Agrária e a Comissão Nacional Executiva. A idéia fundamental partia do princípio da necessidade do estabelecimento da pequena propriedade. A tarefa das comissões seria encontrar as formas de estabelecimento da pequena propriedade, o fracionamento e a colonização de terras. Parcelamento de *ejidos*, fracionamento de terras nacionais para vendê-las em lotes médios e pequenos. Ou ainda comprar algumas fazendas de grandes proprietários e dividi-las com aquele propósito (Silva Herzog, *El agrarismo mexicano y la reforma agraria,* p. 180).

A 15 de abril, a Comissão Agrária Executiva apresentou um projeto que não coincidia com as propostas do governo. A opinião da comissão era de que o trabalho de fracionamento de terrenos exigia estudos cuidadosos que demandariam muito tempo, enquanto a solução do problema exigia urgência. Assim ela era mais favorável à reconstrução, nas aldeias, dos *ejidos* comunais, fazendo-se para isso as reformas legais necessárias.

Ao lado da questão agrária, a questão operária era igualmente preocupante. Durante o governo de Madero organizaram-se e fortaleceram-se as associações operárias. O clima de liberdade surgido com a queda da ditadura de Porfírio Díaz favorecia o movimento associativo, a organização de escolas, centros culturais e organizações sindicais. Em julho de 1912 foi fundada a *Casa del Obrero Mundial* (COM), es-

pécie de centro coordenador das atividades sindicais, criada justamente com a finalidade de congregar o movimento operário. Seus organizadores eram discípulos de Kropotkine, Max Nordau, Bakunine e Elisée Réclus. Eram anarquistas; pregavam a greve geral e a ação direta. O governo de Madero via com desconfiança e com certa hostilidade a COM.

Na Mensagem ao Legislativo, de 16 de setembro de 1912, Madero procurou demonstrar otimismo ao lembrar que havia atingido uma meta de seu programa político — o estabelecimento da paz com a efetividade do sufrágio e da não-reeleição. Informou sobre a realização de um empréstimo de 10000 dólares para os gastos de guerra. Demonstrou interesse em melhorar a justiça.

Sobre a questão operária, informou acerca da realização de uma convenção obreiro-patronal das indústrias de tecidos com 115 fábricas representadas. Quanto à questão agrária, informou a respeito da existência de 21 milhões de hectares nacionais. Os terrenos que estavam em poder das companhias demarcadoras foram divididos e postos à venda a preços módicos ou para doações ou arrendamento.

O otimismo de Madero contrastava, no entanto, com os acontecimentos desencadeados a partir de então.

O GOLPE CONTRA MADERO — "LA DECENA TRÁGICA"

"Que una paloma triste muy de mañana le va /cantar...
hacia una casita sola con sus puertitas de par /en par...
juran que la paloma no es otra cosa más que /su alma...
que todavía le espera a que regrese la desdi- /chada..."

Em outubro de 1912 Madero enfrentou o levante de Félix Díaz, sobrinho de Porfírio Díaz, que sublevou o 21º Batalhão de Veracruz. Madero conseguiu deter o movimento.

O levante de Félix Díaz representou a manifestação concreta da hostilidade já sentida desde o início da vida política de Madero. Essa hostilidade estava presente numa atmosfera geral de insatisfação e, dentro dela, circulavam fortes rumores de golpe militar. Pelos jornais continuavam as críticas ao go-

verno de Madero, particularmente à forma pela qual haviam ocorrido as eleições para governadores, contrariando o princípio do sufrágio efetivo, tão defendido por Madero.

A 9 de fevereiro de 1913, deu-se realmente o golpe, com o levante de uma guarnição militar do Distrito Federal. Iniciava-se a "decena trágica". Os amotinados libertaram Bernardo Reyes e Félix Díaz. Bernardo Reyes assumiu o comando dos amotinados e dirigiu-se ao Palácio Nacional, sede do poder Executivo. O palácio foi defendido pelos seus ocupantes. Bernardo Reyes foi morto e os rebeldes retiraram-se. Madero nomeou Victoriano Huerta chefe das operações contra o movimento rebelde. Desencadeou-se então a luta entre os dois grupos e os rebeldes organizaram-se num local conhecido pelo nome de *Cidadela*.

Félix Díaz exigiu a renúncia de Madero, solicitando a Henry Lane Wilson, embaixador dos Estados Unidos no México, que funcionasse como mensageiro, ao que Wilson se negou. O que se divulgou na época é que Wilson achava que o movimento não era oportuno. Na verdade, porém, o golpe foi preparado sob a inspiração de H. L. Wilson. Apenas, em razão de sua condição de embaixador, dadas as incertezas do momento, por uma questão de segurança, Wilson estaria resguardando sua pessoa e a posição dos Estados Unidos diante da opinião pública. Desde o início da Revolução o governo norte-americano sempre estivera atento, acompanhando todos os passos do processo. A qualquer oportunidade haveria a

O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA

"Rodaban los cañones en fila, empujados por mulas blancas y ojerosas; les seguían los armones cargados de parque sobre los rieles que comunicaban el patio con la estación. La tropa de caballería amarraba riendas, descolgaba las bolsas de pienso, se aseguraba de la firmeza de las monturas... La infantería aceitaba los rifles y pasaba en fila frente el enano que distribuía los cartuchos. Sombreros del norte: sombreros de fieltro gris, de ala doblada. Pañoletas amarradas al cuello. Cananas amarradas a la cintura. Pocas botas: pantalón de mezclilla y zapato de cuero amarillo, cuando no huaraches. Camisa a rayas, sin cuello."

(*Fuentes, Carlos*, La muerte de Artemio Cruz. *p. 72*)

Nem todos os revolucionários reagiram da mesma forma em relação a Huerta. Pascual Orozco aderiu. Zapata manifestou-se contra e Carranza, ao re-

ceber a notícia, decidiu combater os usurpadores, invocando os princípios constitucionais. Usando seu poder de governador do Estado de Coahuila, a 19 de fevereiro de 1913, expediu dois decretos. Um desconhecendo a autoridade de Huerta e outro assumindo faculdades extraordinárias para restabelecer a legalidade. Organizou uma pequena força e com ela pretendia enfrentar o Exército Federal. Contra ele moveram-se as forças dos estados vizinhos que haviam aderido a Huerta.

Dessa maneira surgiu o *Exército Constitucionalista* e Carranza lançou o *Plano de Guadalupe*, a 26 de março de 1913, com a finalidade de derrubar o governo usurpador de Huerta e restabelecer a ordem constitucional. Piedras Negras passou a ser o Quartel-General do movimento Constitucionalista. Carranza expediu vários decretos reconhecendo os generais que militaram no movimento maderista e desconhecendo os atos de Huerta. Autorizou a emissão de papel-moeda e reconheceu o direito de se reclamar indenizações de guerra.

Às forças de Carranza aderiram Luis Blanco, que conseguiu vitórias em Tamaulipas; Francisco Villa, em Chihuahua; Álvaro Obregón em Sonora e Pablo González em Nuevo León. A ação contra Huerta estendeu-se a todos os estados da República e, em razão da amplitude do movimento, a cada dia ficava mais difícil ao Exército Federal conter o movimento.

Ao assumir o poder, Huerta dissolveu as Câmaras e expediu um manifesto à nação, no qual tentava

justificar o golpe. A seguir, baixou três decretos. Pelo primeiro, assumia os poderes do Estado, como autoridade central. Pelo segundo, de posse dessa autoridade, pretendia distribuir esse poder conforme achasse mais conveniente e, pelo terceiro, garantia a convocação de eleições. Seu governo caracterizou-se pela forte desorganização financeira, pela repressão e por um militarismo acentuado.

No exterior, o governo de Huerta perdeu o apoio dos Estados Unidos desde o afastamento do embaixador Henry Lane Wilson. O presidente Woodrow Wilson manifestou-se contrário ao governo de Huerta desde o momento em que este dissolveu as Câmaras. O presidente norte-americano demonstrou sua desconfiança num governo ilegítimo. Ordenou que os cidadãos norte-americanos que se encontrassem no México voltassem para os Estados Unidos. Na verdade, o governo norte-americano não estava propriamente preocupado com a legitimidade ou não da autoridade de Huerta, mas sim com os rumos que o movimento pudesse tomar no México. Zapata continuava em ação no sul, mas o motivo maior da preocupação do presidente norte-americano estava no prolongamento da ação armada no norte do México, justamente onde se concentravam os maiores interesses dos investidores de seu país. A atitude do governo norte-americano, retirando seu apoio ao governo de Huerta, de certa maneira abalou a opinião dos grupos envolvidos na revolução. Woodrow Wilson esperava apenas uma oportunidade para intervir. Tudo levava a crer que a ameaça que pairava à revo-

lução, desde seu início, iria se concretizar. De fato, a oportunidade ocorreu quando houve um incidente, aparentemente sem importância, com um marinheiro norte-americano na cidade de Tampico. O governo norte-americano aproveitou-se desse incidente para fazer exigências ao governo mexicano e, diante do não-cumprimento delas, determinou o desembarque de fuzileiros navais norte-americanos em Veracruz, a 21 de abril de 1914.

A presença norte-americana em Veracruz teve um efeito importante sobre a situação geral do México. Fez renascer o sentimento nacionalista, criando o seguinte dilema: ou aceitar-se a autoridade de Victoriano Huerta, poder de fato estranho à Revolução Mexicana, mas apesar de tudo mexicano, ou submeter-se a uma dominação estrangeira contrariando tudo que se fizera até então. A presença norte-americana em Veracruz fez crescer o prestígio de Huerta, criando um momento de indefinição entre os revolucionários. Apesar disso, no entanto, desde meados de 1914, a situação de Huerta era insustentável. Por todo o país havia luta armada contra o Exército Federal, sem que se pudesse contar com apoio do exterior.

O movimento contra Huerta havia mobilizado todo o país. O Exército Constitucionalista dominava quase que totalmente os Estados de Sonora e Sinaloa. No norte, as forças eram constituídas pelas divisões do Norte, Nordeste e Noroeste. A Divisão do Norte era comandada por Villa; a do Nordeste, em Sinaloa e Sonora, por Obregón; e a do Noroeste,

incluindo as forças de Nuevo León, Taumalipas, Coahuila e San Luis de Potosí, estava sob o comando de Pablo González.

Aparentemente, o movimento contra Huerta mantinha sua unidade sob a liderança de Carranza, que havia chamado a si a responsabilidade da direção da luta. Entretanto, era muito difícil, no momento, conseguir uma adesão plena para uma ação conjunta. As particularidades regionais ainda pesavam muito e, mais do que isso, o sentido da autoridade dentro de seu território não permitia que chefes como Villa atendessem às ordens de comando de Carranza. Assim, se Villa havia se colocado ao lado deste contra Huerta, isso não significava que sua fidelidade fosse irrestrita.

Em se tratando de ação militar, Villa tinha opiniões próprias. O desentendimento entre Villa e Carranza projetou-se a respeito da tomada de Zacatecas. Desobedecendo às ordens de Carranza, Villa colocou em ação a poderosa Divisão do Norte que, a 23 de junho de 1914, venceu as forças huertistas. Se de um lado a vitória espetacular fez aumentar o prestígio de Villa, por outro lado, aprofundou a distância em relação a Carranza. Para dar continuidade ao tremendo sucesso de Zacatecas, Villa promoveu em Torreón um encontro com as outras lideranças do Norte e Nordeste, fortalecendo assim sua posição, mas indispondo-se com Carranza. O rompimento só não se efetivou graças à mediação de Antonio Villareal e à celebração do *Pacto de Torreón*, a 8 de julho de 1914. Por esse pacto, a unidade de comando coube a

Carranza. A união das divisões do Norte e Nordeste efetivou-se para se conseguir, conforme constava do Pacto, a emancipação econômica dos camponeses mexicanos e para combater o Exército Federal, a fim de que fosse implantada a democracia.

Em outras regiões do México prosseguia a luta contra o governo federal, como em Michoacan, mesmo em Veracruz e, particularmente, no sul, onde as guerrilhas continuavam sob a liderança de Zapata.

Quanto ao setor operário, discutia-se a questão da liberdade sindical e a ação através de greves reivindicando melhorias salariais e melhores condições de vida e de trabalho. O objetivo seria a greve geral que teria lugar no momento em que os sindicatos estivessem organizados. A 27 de maio, a COM foi invadida, efetuando-se prisões e deportações.

Diante desse quadro, ficando demonstrado o não-reconhecimento da autoridade de Huerta, este apresentou sua renúncia, a 15 de julho de 1914, a um Congresso nomeado por ele próprio, em outubro do ano anterior. Foi então substituído por Francisco Carvajal, que julgava ser possível um acordo com os revolucionários.

Apesar de afastado o perigo de um golpe, eliminado o inimigo comum, o Exército Revolucionário continuava ainda mobilizado. Passada a euforia daqueles momentos, aquele exército perdera sua coesão. Sem uma unidade de comando, as diversas lideranças disputavam sua hegemonia. Villa e Zapata conservavam prestígio em seus territórios. Carranza considerava-se herdeiro de Madero e procurava um

entendimento com os dois primeiros. Obregón, fiel a Carranza, tentou uma mediação com Villa.

Convencido de que deveria estabelecer a união das forças revolucionárias, Carranza, no comando dos constitucionalistas, iniciou a tarefa de aliciamento das múltiplas facções revolucionárias. Todos os recursos foram utilizados, desde a parlamentação até a imposição pela força. Entretanto, não se tratava apenas de anexar territórios a seu favor ou conseguir o apoio das lideranças locais. Para Carranza havia a necessidade imediata de realizar o processo revolucionário. Para isso, ao mesmo tempo que se efetivavam vitórias militares ou diplomáticas, era preciso, na sua maneira de pensar, implantar a revolução, ou seja, realizar reformas econômico-sociais. Com esse objetivo, Carranza determinou a cobrança de um imposto sobre a exportação do petróleo. Determinou ainda aos governadores constitucionalistas que, em seus estados, reunissem o maior número possível de dados para a solução da questão agrária.

O movimento das forças constitucionalistas foi feito na direção da Cidade do México. A ela chegou, a 15 de agosto de 1914, Obregón. A 20 de agosto chegou Carranza, entrando triunfalmente na cidade. Na Cidade do México, Carranza procurou logo o apoio dos operários. Foi assim que um de seus primeiros atos consistiu na reabertura da COM, doando a esta instituição o convento dos jesuítas de Santa Brígida. A COM reaberta, no entanto, apresentava uma estrutura frágil, composta pelos sindicatos existentes.

Desde algum tempo, as forças constitucionalistas já demonstravam fissuras na sua organização. As relações entre Villa e Carranza eram cada vez mais difíceis. Villa, envaidecido pelas sucessivas vitórias, convencera-se de seu valor e não estava disposto a ficar submisso a Carranza. Os jornais norte-americanos discorreram muito sobre Villa, o "Napoleão do México", o que concorria para satisfazer sua vaidade pessoal. Além disso era patente a distância que separava os dois chefes, tanto no que diz respeito à condição social, à formação e ao temperamento. Womack descreve Carranza como um homem de classe média acomodada, rico proprietário, homem de cultura, intelectual urbano, anticlerical, calmo, sereno, enérgico e consciente de sua autoridade, extremamente ambicioso, às vezes inflexivel e obstinado (Womack, p. 189).

De conformidade com o *Plano de Guadalupe*, Carranza deveria assumir a Presidência da República. Recusou, preferindo ser tratado como primeiro chefe do Exército Constitucionalista encarregado do poder Executivo. Instalou-se no Palácio Nacional e organizou sua secretaria. Uma de suas maiores preocupações era ainda estabelecer entendimentos com Zapata.

Desde a proclamação do *Plano de Ayala*, Zapata estabeleceu como condição em qualquer situação para se realizar um acordo, de qualquer tipo, o cumprimento do *Plano de Ayala*. Continuou a expedir leis complementares daquele plano. Reconstruiu em Morelos a organização comunal indígena, estabele-

cendo uma eleição anual de um representante em cada aldeia, como o antigo *calpuleque*. Sua função era guardar os títulos da comunidade e defender e repartir as terras. Essa organização assemelhava-se muito à do *ejido* mexicano.

A administração de Zapata estabelecera ainda os destacamentos armados, tomando medidas contra os açambarcadores, criando o papel-moeda e cuidando da expansão do ensino e da multiplicação das escolas. Na sua maneira de ver, os regimes que presenciara, sob Porfírio Díaz, Madero, Huerta e agora Carranza, não haviam trazido benefício algum aos revolucionários de Morelos. Daí ter tomado a iniciativa de, no território sob sua direção, realizar ele mesmo aquilo que reivindicara através do *Plano de Ayala*. Esse tipo de autonomia não convinha ao movimento liderado por Carranza. Para essa finalidade seria preciso conseguir a adesão de Zapata, integrando-o no movimento constitucionalista ou neutralizando sua ação.

Na expectativa da primeira alternativa, Carranza promoveu um encontro das lideranças carrancistas com as lideranças zapatistas. Os primeiros foram representados por Luis Cabrera e o general Villarreal. Em nome dos zapatistas falaram Díaz Soto y Gama, Manuel Palafox e o próprio Zapata. As conversações ocorreram em Cuernavaca. Aí os carrancistas depararam-se com uma situação totalmente diferente da que conheciam na Cidade do México. A capital da província encontrava-se em ruínas e ocupada pelas forças zapatistas.

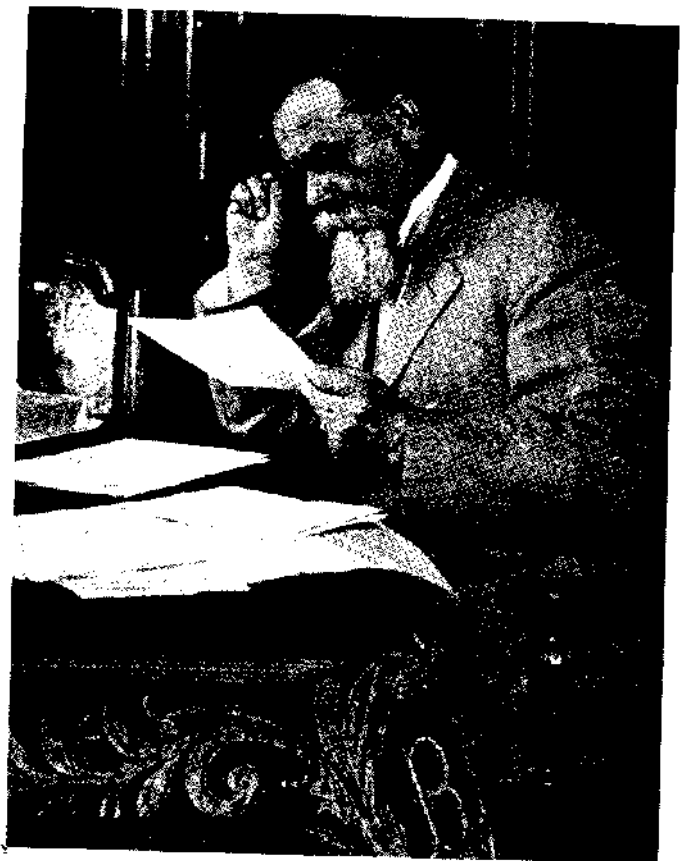
As conversações foram tensas e difíceis. Zapata havia se apegado às questões locais de tal maneira que não se dispunha a fazer concessões. Reafirmou seus propósitos em relação ao *Plano de Ayala*. Diante disso, fracassaram as negociações. De aliados potenciais os zapatistas passaram a ser tratados como bandidos, como inimigos. Os carrancistas partiram, então, para a segunda alternativa — neutralizar a ação de Zapata, iniciando-se uma luta entre as duas facções. No entanto, restava ainda outra alternativa. Carranza havia prometido a convocação de uma Convenção Revolucionária, a fim de decidir a respeito dos rumos da Revolução. Essa decisão de Carranza partiu de uma convicção sua de que a batalha estava ganha a seu favor e restava apenas formalizá-la.

A CONVENÇÃO DE AGUASCALIENTES

"Y si acaso yo muero en campaña,
y mi cuerpo en la sierra va a quedar,
Adelita, por Dios te lo ruego,
con tus ojos me vayas a llorar."

"La ruptura de los dos bandidos significa el caos, es cierto; pero del caos salieron los mundos y los soles..."

(*Flores Magón,* Regeneración, *p. 339*)

Os desentendimentos com Villa agravaram-se quando este acusou Carranza de romper o *Pacto de Torreón*. Carranza respondeu a Villa acrescentando algumas cláusulas ao *Plano de Guadalupe*. Uma delas proibia os chefes constitucionalistas de apresentarem-se como candidatos à Presidência ou à Vice-Presidência da República. Outra estabelecia que fosse realizada uma *Convenção Revolucionária*

Venustiano Carranza.

Mexicana que, sem prejudicar a realização das eleições, deveria formular o programa do governo revolucionário. A esta Convenção deveriam se apresentar os soldados da Revolução, por intermédio de seus delegados, à razão de 1 por 1000 homens. A Convenção teria lugar a 1º de outubro, na Cidade do México, e tentaria unificar todos os grupos envolvidos na guerra civil desde 1910, a fim de se conseguir a pacificação do país.

A fim de preparar esse encontro, uma vez que as relações entre Villa e Carranza não eram cordiais, Obregón procurou um entendimento prévio com Villa, em Chihuahua. A presença de Villa na Convenção era necessária ao lado dos constitucionalistas, a fim de que fossem mantidas relações aparentemente amigáveis, apesar das desconfianças recíprocas.

A não-adesão de Villa tornou-se explícita a partir de sua carta, datada de 22 de setembro, dirigida a Carranza. Por esta carta, Villa negava seu comparecimento à Convenção na Cidade do México, por ser território carrancista. Pedia outro local não-comprometido. Ainda, a 27 de setembro, alguns chefes da Divisão do Norte telegrafaram a Carranza, procurando convencê-lo a entregar o poder, ao que Carranza respondeu que o julgamento deveria caber à Convenção, insistindo na sua realização na Cidade do México.

A 1º de outubro de 1914, Venustiano Carranza inaugurou a *Convenção Revolucionária Mexicana*, na Cidade do México, no edifício da Câmara dos Deputados. Logo começaram a surgir problemas,

confirmando a falta de um clima adequado na Cidade do México para um encontro desse tipo. Como se procurasse uma solução pacífica, venceu a argumentação da mudança de local para Aguascalientes. Carranza afastou-se da Convenção.

A 10 de outubro foi solenemente instalada a *Convenção de Aguascalientes*. O general Antonio Villarreal foi nomeado seu presidente. Seus membros declararam-na soberana e colocaram suas assinaturas na bandeira nacional, jurando fazer cumprir os acordos resultantes.

A 16 de outubro, chegou Villa. Sua aproximação causara uma certa desconfiança, pois não se sabia qual seria a disposição do chefe da Divisão do Norte. Villa, no entanto, aderiu à Convenção e, da mesma maneira que os outros convencionais, no dia 17, assinou sobre a bandeira e prestou os mesmos juramentos.

Villarreal expôs a orientação geral da Revolução dizendo que ela não fora feita para que este ou aquele homem ocupasse a Presidência, mas para acabar com a fome por meio de reformas. Afirmou: "Esta Revolução que é muito pouco política, que é eminentemente social e que foi fomentada, saída da gleba sofrida e faminta, não estará terminada enquanto não se extirpar do país a *peonagem*, diminuindo as horas de trabalho e aumentando os salários, enquanto o operário não for um cidadão armado" (Nunes, p. 94). Na procura de se atingir tais objetivos, seria fundamental, de início, que se unificassem as forças revolucionárias então dispersas. A

forma encontrada pela Convenção foi a de constituir duas missões de parlamentação. Uma delas se dirigiria a Carranza, na Cidade do México, a fim de convidá-lo a participar dos trabalhos de Aguascalientes. Outra a Morelos, onde faria o mesmo com Zapata.

Carranza, que da Cidade do México dirigira-se a Veracruz, havia decidido permanecer nessa cidade, recusando-se a participar da Convenção. Reafirmou que sua renúncia ao poder estava condicionada à atitude idêntica de Villa e Zapata. A resposta de Carranza foi discutida pela Convenção, sendo sua solução difícil, à medida que envolvia as outras lideranças.

Os zapatistas aceitaram o convite, comparecendo à Convenção. Não estavam muito empenhados em mandar representação a um encontro dominado por carrancistas. Também havia desconfianças em relação a Villarreal, em razão das conversações de Cuernavaca, em agosto. Havia receios em comprometer a revolução com a incerta aliança da Convenção. Queriam a renúncia de Carranza e que se concedesse representação à facção agrária simbolizada pela revolução do sul. Isto significaria a adesão ao *Plano de Ayala*. Antes de se apresentar em Aguascalientes, procuraram se assegurar do apoio de Villa.

A 26 de outubro, uma comissão zapatista fez sua apresentação à Assembléia. Primeiramente falou Paulino Martínez, fazendo a apologia de Zapata e de Villa, manifestando-se contra Carranza. Depois, Soto y Gama fez um discurso polêmico, vibrante, cheio

de interrupções, com críticas a Carranza, e terminou com vivas a Villa e a Zapata. Os dois líderes, Zapata e Villa, passavam a ser os verdadeiros donos da situação. Obregón abandonara a Convenção.

A 4 de dezembro, Villa e Zapata assinaram o *Pacto de Xoximilco*. Este pacto não só consolidou os entendimentos entre as duas lideranças, como também lhes assegurou o domínio da Cidade do México. A 6 de dezembro, na Cidade do México, os generais Eulálio Gutierrez, Francisco Villa e Emiliano Zapata assistiram, do Palácio Nacional, sede do poder executivo, ao desfile da Divisão do Norte, que ocupara a cidade sem combate.

A LUTA CONTRA VILLA E ZAPATA

> "Villa — ... Mis ilusiones son que se repartan los terrenos de los riquitos. Dios me perdone, ¿no habrá por aquí alguno?
> Voces — Es pueblo, es pueblo.
> Villa — Pues para ese pueblo queremos las tierritas...
> Zapata — Le tienen mucho amor a la tierra. Todavía no lo creen cuando se les dice: 'Esta tierra es tuya'. Creen que es un sueño..."
>
> (*Entrevista de Xoximilco. Contreras, p. 65*)

Em fins de 1914, o poder encontrava-se dividido. Os resultados da Convenção estiveram muito distantes do que se esperava. A Convenção não havia resolvido o problema da unidade de comando; muito ao contrário, permitiu que ficassem demonstradas as incompatibilidades. Praticamente eram dois grupos: de um lado Carranza e Obregón apegando-se no tema do constitucionalismo; de outro lado o grupo resultante da Convenção, sem muita unidade, mas

com uma certeza — estavam contra Carranza.

Na medida em que se distanciava de Villa e de Zapata, Carranza buscava outras formas de recompor suas forças. Ao perceber que somente conseguiria superar o prestígio de seus rivais na medida em que apresentasse uma proposta popular, Carranza dirigiu sua atenção aos trabalhadores. Através dos decretos de 12 de dezembro de 1914, deu a conhecer suas propostas em relação ao problema do campo. A 6 de janeiro de 1915, expediu o decreto de Reforma Agrária. Por este decreto, determinava a reconstrução dos *ejidos* e a dotação de terras aos núcleos coloniais carentes.

Pela mediação de Obregón, aproximou-se dos trabalhadores urbanos, que já se apresentavam organizados através de seus sindicatos, e estabeleceu um *Pacto com a COM*, a 17 de fevereiro de 1915. O pacto continha a promessa de melhoria da sorte dos trabalhadores através de uma legislação própria. Por sua vez, os trabalhadores comprometeram-se a cooperar pelo triunfo da Revolução Mexicana, "combatendo ao lado dos revolucionários, contra os reacionários" (Meyer, *Les ouvriers dans la Révolution Mexicaine*, p. 35), particularmente contra a burguesia, os militares e o clero. Os trabalhadores receberiam instruções de militares e cada cidade teria o seu regimento. Os operários filiados à COM ficariam encarregados da propaganda, angariando adesões. Os grupos armados receberam o nome de "batalhões vermelhos". A situação complexa do momento contribuiu para as adesões num momento de instabi-

lidade da revolução, inflação, desemprego, alta do custo de vida. Apesar disso, no entanto, a aceitação não foi unânime. Os trabalhadores do setor têxtil, do petróleo, de madeiras, não aderiram.

Os grupos visados por Carranza eram os de Villa e Zapata. Na propaganda que se fazia contra Villa, este era mostrado como bandoleiro, perigoso para o morador da cidade, colocando em risco a integridade das famílias. Zapata era um ignorante e a pobreza e a humildade dos zapatistas eram constantemente lembradas com desprezo. Quando Zapata estivera na Cidade do México, seus homens ficaram sem alojamento pelas ruas da cidade, mendigando água e alimentos. Isso causara não apenas uma má impressão, mas o medo da invasão da cidade, o que representava a "civilização" ser dominada por índios.

Por sua vez, Carranza não se sentia muito à vontade diante dessa aproximação da classe operária. Na sua maneira de ver, não seria muito prudente armar operários. Os "batalhões vermelhos" poderiam ser o primeiro passo para a formação de uma base operária forte e independente que logo teria condições de desafiar sua autoridade. Havia mesmo a suspeita, da parte de Carranza, de uma infiltração zapatista nos batalhões.

Obregón, em seu livro *Ocho mil kilómetros de campaña*, diz o seguinte sobre os "batalhões vermelhos": "Era tão grande o entusiasmo despertado entre as classes populares em favor da Revolução que, se tivéssemos tido armas suficientes, teríamos podido armar mais de vinte e cinco mil homens,

antes de sair da cidade; mas carecíamos de armamentos para novos contingentes e por esta razão não pudemos aproveitar as muitas vontades que se ofereciam à luta armada contra a reação. Sem dúvida, nossas fileiras aumentaram de quatro mil homens que pudemos armar com igual número de armas, que me foram permitidas pela Primeira Chefatura e um contingente de mais de cinco mil homens desarmados; a maior parte, pertencente aos grêmios operários sindicalizados na *Casa del Obrero Mundial*, foi remetida a Veracruz para esperar até serem armados quando chegasse àquele porto o armamento pedido pela Primeira Chefatura aos Estados Unidos" (Obregón, p. 289).

Enquanto Carranza tentava a rearticulação de suas forças, as três autoridades resultantes da Convenção demonstravam a impossibilidade de entendimento. O que as mantinha unidas era Carranza, o inimigo comum. Ao iniciar-se o ano de 1915, os constitucionalistas ocupavam a periferia do país, posições inferiores do ponto de vista estratégico, apesar de estarem de posse dos portos e das regiões fronteiriças, regiões constantemente vigiadas pelo governo norte-americano. As forças villistas e zapatistas ocupavam as posições centrais, dominando a maior parte das ferrovias.

O general Obregón havia organizado rapidamente um novo exército. Ocupou Puebla e, depois, a Cidade do México. Aí pretendia formar um poderoso exército em condições de enfrentar a Divisão do Norte. Dessa força participaram 10 "batalhões ver-

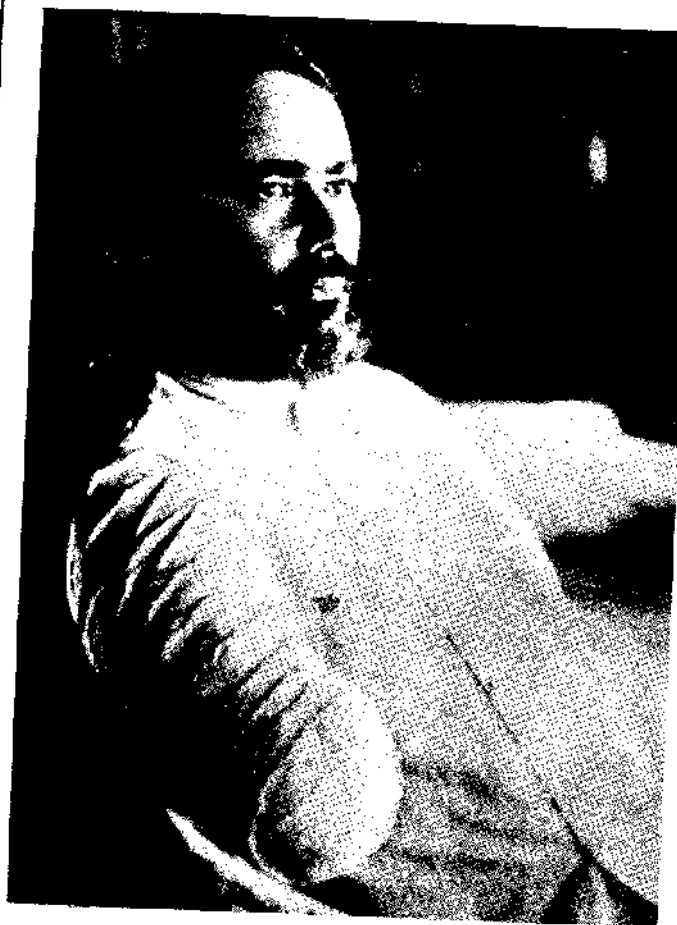
melhos". A 1º de março, Obregón deixou a Cidade do México para combater Villa. Após sua saída, a cidade foi ocupada pelas forças de Zapata, que acabaram sendo expulsas em julho.

Em fins de março, Obregón chegou a Querétaro. Na perseguição a Villa, ocupou Celaya a 4 de abril. O plano que havia sido proposto a Villa era de que não combatesse no centro, mas sim no norte, onde poderia contar com apoio maior. Entretanto, Villa, empolgado com seu sucesso, não cumpriu o plano e lançou-se ao combate contra os constitucionalistas no centro de Celaya e Aguascalientes. Aí ocorreram quatro batalhas, numa das quais Obregón perdeu o braço direito. Eram 40 000 homens de cada lado. Apesar da legenda que se criou em torno de seu nome, o "Centauro do Norte" foi derrotado.

A batalha de Celaya marca o fim do apogeu de Villa e foi o maior sucesso militar do qual pode se orgulhar Obregón. Este general soube aproveitar-se das primeiras lições da guerra européia, procurando utilizar o terreno onde ocorreu o combate, de forma adequada. A derrota de Villa teve o efeito de desorganizar suas forças; além das baixas em campo de batalha, foram muitas as deserções.

As lutas entre villistas e constitucionalistas continuaram durante todo o ano de 1915. Aos poucos os constitucionalistas foram se apoderando do centro e do norte do país. Villa penetrou no Estado de Sonora e foi derrotado em Agua Prieta, voltando a Chihuahua com apenas 1 000 homens.

A 19 de outubro de 1915, o presidente dos Es-

Álvaro Obregón.

tados Unidos, Woodrow Wilson, reconheceu Carranza como presidente do México, governando de fato como presidente constitucionalista. A guerra mundial teve sua importância nas relações entre os Estados Unidos e o México. Era preciso, nessa situação, manter boas relações com o país vizinho, pois poderia haver a necessidade da utilização do litoral mexicano pelos norte-americanos para as operações de guerra. Por outro lado, os investidores norte-americanos reclamavam uma proteção aos seus bens e aos seus súditos no México. Daí a necessidade de se apoiar aquele que pudesse oferecer uma garantia nesse sentido. Tal era o caso de Carranza. Ao mesmo tempo, Wilson proibia o envio de armas para o México, dando instruções, no entanto, para se fazer exceção a favor daquele que tivesse o governo de fato.

A política norte-americana de proteção a Carranza irritou Villa, que reagiu violentamente. Primeiramente, determinou a captura de um trem norte-americano, em Santa Isabel, Chihuahua, fuzilando 17 americanos da Companhia Mineradora. Além disso, determinou o assalto ao povoado de Columbus, em território dos Estados Unidos, a 9 de março de 1916, atacando de surpresa e matando 3 soldados e ferindo 3 civis. Os estabelecimentos comerciais foram incendiados. O governo norte-americano enviou a Carranza uma nota de protesto reclamando indenização às famílias.

A ousadia do gesto de Villa poderia causar um conflito internacional; tratava-se, afinal, de uma invasão de território. Diante do perigo de uma inter-

venção norte-americana, Carranza propôs a celebração de um acordo. Entretanto, sem esperar resposta, o general John Pershing atravessou a fronteira mexicana, perseguindo Villa numa expedição punitiva, sob protestos gerais no México. A questão gerou uma situação tensa entre os dois países e deu oportunidade para mais uma intervenção norte-americana no México. Durante algum tempo, tropas norte-americanas permaneceram em território mexicano. Villa, derrotado, sem possibilidades de recuperar seus armamentos, abandonado por seus soldados que desertavam em massa, foi afastado da luta política. O afastamento temporário de Villa não significava que os constitucionalistas tivessem se livrado desse perigo; ao contrário, a situação tensa permaneceu na medida em que seria preciso, a custo da força, mantê-lo à distância, pois, a qualquer momento, ele poderia voltar à ação.

O mesmo perigo existia em relação a Zapata. Depois da expulsão das forças zapatistas da Cidade do México, elas foram sendo cada vez mais afastadas pelas tropas carrancistas. Do seu território em Morelos, Zapata era uma incógnita para Carranza.

Assim, em inícios de 1916 os constitucionalistas haviam conseguido deter dois rivais fortes representados pelos grupos de Villa e de Zapata, justamente as forças camponesas da revolução. Essa situação era constrangedora para os políticos que confiaram na aliança operário-camponesa. A existência dos "batalhões vermelhos" era, para eles, algo inexplicável. A esse respeito escreveu Ricardo Flores Magón, a 8

de janeiro de 1916 no *Regeneración*: "Nossos irmãos, os trabalhadores das cidades, devem meditar sobre este fato e estar de guarda: quando os políticos e governantes se dignam a falar de reivindicações proletárias é porque necessitam do apoio dos trabalhadores para manter-se na situação privilegiada. O burguês não abaixa a vista até onde apodrece o pobre de miséria e de imundície, a não ser quando precisa dele, mas o enforcará com a maior ferocidade quando passar a hora do perigo para o privilégio e para a tirania.

A necessidade do momento é voltar a unir as forças proletárias numa só força que vá encaminhada diretamente à expropriação da riqueza social, que se precisa fazer antes que o governo carrancista se consolide. Que cesse essa iníqua campanha da imprensa operária carrancista contra o movimento zapatista. Essa campanha não tem outro objeto a não ser salvaguardar os interesses da burguesia da ação expropriadora dos trabalhadores rurais, e foi instigada pelos políticos para distanciar, para alienar os trabalhadores uns dos outros, para dividi-los de maneira que não caminhem juntos à emancipação. Os políticos compreendem que, unidos todos os trabalhadores, comporiam uma força que ninguém poderia conter" (*Regeneración*, p. 379).

Durante os anos de 1915 e 1916, o México atravessou forte crise econômica. Esta crise atingiu particularmente os setores médios e operários. Na Cidade do México e nos centros industriais, a alta do custo de vida e a indefinição política carrancista geraram

manifestações contrárias ao governo constitucionalista. Na capital, a 22 de maio, declararam-se em greve vários sindicatos como, por exemplo, o dos eletricistas e dos ferroviários. Organizados em torno da COM, os operários manifestaram seu descontentamento através de atos públicos, reuniões e greves. As greves, que eram esparsas e desarticuladas de início, deram lugar a um movimento amplo, organizado para 1º de outubro, quando deveria ocorrer uma grande greve atingindo particularmente os serviços públicos. Iniciado o movimento na Cidade do México, o exército entrou em ação, ocupando os pontos mais importantes e prendendo as lideranças, impedindo, assim, a realização do movimento.

A fim de combater o movimento operário, Carranza apoiou-se na Lei de 25 de janeiro de 1862, que impunha punição aos inimigos do governo. Ampliando essa lei, Carranza incluiu os operários grevistas entre os "inimigos do governo". Nas justificativas do decreto, afirmava o seguinte: "Que as disposições que se têm ditado pelas autoridades constitucionalistas para remediar a situação econômica das classes trabalhadoras e o auxílio que se lhes tem prestado em muitos casos, longe de as obrigar a prestar de boa vontade sua cooperação para ajudar o governo a solucionar as dificuldades com as quais vem lutando a fim de implantar a ordem e preparar o restabelecimento do regime constitucional, fizeram crer às ditas classes que delas depende exclusivamente a existência da sociedade e que são elas, portanto, que estão em condições de impor quantas

condições julguem convenientes a seus interesses, ainda que por isto sacrifiquem ou prejudiquem toda a comunidade e ainda comprometam a existência do mesmo governo. Que para remediar esse mal, não faz muito tempo, a autoridade militar do Distrito Federal fez saber à classe operária que, embora a Revolução tivesse como um de seus principais fins a destruição da tirania capitalista, não permitiria que se levantasse outra tão prejudicial para o bem da Revolução como seria a tirania da classe trabalhadora" (Contreras, *México Siglo XX*, vol. 2, p. 199). A partir dessas considerações, Carranza ampliou a referida lei no sentido de se punir com a morte toda e qualquer tentativa grevista. A lei deveria recair sobre os incitadores de greves e organizadores ou participantes de reuniões com a finalidade de se paralisar o trabalho. Diante do terrível decreto, da prisão dos principais líderes, do fechamento da COM, as greves, bem como quaisquer manifestações de caráter político da classe operária tornaram-se impraticáveis.

A CONSTITUIÇÃO DE 1917

"Villa derrotado era un dios caído. Y los dioses caídos, ni son dioses ni son nada."

(*Azuela*, Los de Abajo, *p. 179*)

Dominado o movimento operário, os grupos zapatistas e villistas mantidos longe dos centros de decisão, sem poder contar com a necessária solidariedade dos trabalhadores urbanos, Carranza, protegido pelo governo norte-americano, podia orgulhosamente informar que havia conseguido a necessária paz para a implantação da democracia. Assim, a 14 de setembro de 1916, anunciou a convocação de eleições para a elaboração de uma Constituição.

Conforme as normas estabelecidas, foram excluídos da Assembléia Constituinte todos aqueles que tivessem servido a governos ou facções hostis aos constitucionalistas. Dessa maneira foram excluídos tanto huertistas como villistas e zapatistas. Livre de

seus contestadores, em virtude da lei eleitoral ou da prisão das lideranças sindicais, os constitucionalistas deram início à organização partidária, com a finalidade de concorrer às eleições. Basicamente eram três lideranças — Carranza, Obregón e Pablo González. As eleições ocorreram sem grande entusiasmo ou interesse, uma vez que prevalecia ainda uma atmosfera de terror.

A abertura dos trabalhos foi programada para 20 de novembro. Carranza apresentou um projeto que deveria servir de roteiro para as discussões. Apesar de a Cidade do México ter condições melhores para receber os delegados, Carranza escolheu Querétaro, cidade provinciana que se tornara capital desde fevereiro de 1916, em razão de sua distância dos centros de tensão. Assim, os deputados ficariam a salvo de pressões políticas.

A Constituição de 1917 é considerada como um produto da Revolução Mexicana, como um instrumento legal avançado para a época, servindo mesmo de modelo a ser copiado por outras nações latino-americanas. A própria Constituição brasileira de 1946 tem muito dela. Entretanto, a análise desse documento demanda alguns cuidados para uma melhor compreensão de uma articulação da Revolução Mexicana com a Constituição de 1917. Entre os artigos considerados mais importantes dessa Constituição, citam-se os artigos 3º, 27, 123 e 130.

O artigo 3º estabeleceu o ensino leigo. O Estado passava a encarregar-se da distribuição da educação, tarefa que estivera, até então, em grande parte, nas

mãos de particulares, principalmente da Igreja. Essa tarefa deveria ser dividida com particulares, reservando-se o Estado, porém, o direito da fiscalização.

O artigo 27 trata das modificações no setor rural. As grandes propriedades seriam, em alguns casos, expropriadas e repartidas. O princípio que norteou o artigo 27 foi o do estabelecimento da propriedade, principalmente da pequena propriedade particular. Criou também a possibilidade da manutenção da propriedade comunal sob a forma de *ejido*. A institucionalização do *ejido* se fez no sentido do estabelecimento de um tipo de cooperativa sob a orientação do Estado. A matéria de que trata o artigo 27 atingiu particularmente as grandes propriedades improdutivas, mas mais profundamente as propriedades da Igreja.

O artigo 123 teve por objetivo a criação de uma legislação adequada à normalização das questões trabalhistas. Por este artigo, ficou estabelecida a jornada máxima de trabalho de 8 horas; regulamentação do trabalho da mulher, do menor e do trabalho noturno; estabelecimento do repouso semanal, salário mínimo pago em moeda corrente no país, participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, salários iguais para tarefas iguais, remuneração extra para trabalho extra, observação da higiene nas moradias e nos locais de trabalho, regulamentação das questões relativas aos acidentes de trabalho, liberdade de organização sindical, direito de greve, estabelecimento de uma Junta de Conciliação e de Arbitragem para resolver as questões de conflito entre

capital e trabalho, indenização ao trabalhador nos casos de dispensa do trabalho, estabelecimento de caixas de utilidade social e estabelecimento de sociedades cooperativas.

O artigo 130 restringia o poder da Igreja. O casamento foi considerado como um ato civil. Os ministros das religiões seriam considerados como outros trabalhadores, não tendo privilégios. Esse artigo estabeleceu, ainda, certas restrições quanto aos cultos públicos, ficando demonstrado o conflito dos dois poderes, Estado e Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "— ¿Villa?... ¿Obregón?... ¿Carranza?... ¡X... Y... Z...! ¿Qué se me da a mí?... ¡Amo la Revolución como amo al volcán que irrumpe! ¡Al volcán porque es volcán; a la Revolución, porque es Revolución!... Pero las piedras que quedan arriba o abajo, después del cataclismo, ¿qué me importa a mí?"
>
> (*Azuela*, Los de Abajo, *p. 178*)

A Revolução Mexicana, tal como ela aparece no momento da elaboração da Constituição, é identificada com o constitucionalismo ou carrancismo, estando, portanto, mutilada de componentes vitais. Na ante-sala das discussões foram barrados os villistas, os zapatistas e as lideranças operárias, justamente aqueles que representaram, nos momentos iniciais, a força popular autêntica. Já desde o início ficara estabelecido que o poder de fazer leis não seria compartido com eles e, pelo mesmo motivo, não estaria a

favor deles. Não que os temas em discussão não lhes dissessem respeito; muito ao contrário, a legislação tratava exatamente deles. Isso, no entanto, não invalida a Revolução Mexicana e a própria Constituição de 1917. A presença incômoda de villistas, zapatistas e lideranças operárias, embora distantes de Querétaro, apressou a legislação liberal. Do Estado porfirista à Constituição de 1917, há realmente um avanço.

O conteúdo da proposta de Reforma Agrária, contido no artigo 27, não difere substancialmente do *Plano de Ayala*, ou das leis agrárias de Villa ou de Carranza. Há uma particularidade vital para a questão agrária, lembrada por Ricardo Flores Magón e que não foi considerada nos planos: a questão da supressão da propriedade individual e sua substituição pela propriedade coletiva. Os planos agraristas da Revolução falavam em restituição de terras usurpadas, divisão de latifúndios, divisão de terrenos baldios etc.; nenhum deles, porém, tratou do tema, constantemente lembrado por Flores Magón, da expropriação simples, sem indenização. O artigo 27 da Constituição de 1917 também não trata a questão agrária dessa maneira. Pode-se argumentar que a institucionalização do *ejido*, pela Constituição de 1917, teria sido a solução encontrada para a vigência do estabelecimento de uma forma de propriedade coletiva. Entretanto, o tipo de *ejido* resultante do artigo 27 encontra-se descaracterizado em relação ao original, tendendo mais para uma forma de cooperativa.

O artigo 123 tem uma elaboração própria, adequada à situação do trabalhador mexicano, mas é preciso considerá-lo como produto da luta de classes em nível mundial. O ocorrido em Querétaro foi o resultado de um momento de luta entre o capital e o trabalho. O México, na medida em que se integrou no sistema capitalista, incorporou seus produtos, mas o fez mediante uma reivindicação precisa da classe trabalhadora. Essa reivindicação antecedeu a Revolução Mexicana e esteve presente na luta desses trabalhadores, por ocasião das greves do começo do século XX. Quando da luta armada, já em plena Revolução, as reivindicações operárias adquiriram maior intensidade.

Em fevereiro de 1914, ao se referir à Constituição de 1857, Ricardo Flores Magón afirmava: "... a Constituição não foi escrita para emancipar a classe trabalhadora, mas para garantir à burguesia o desfrute pacífico de suas rapinas e dar à autoridade o prestígio e a força moral de que tanto necessita para ser obedecida e temida" (*Regeneración*, p. 323).

Quase que se pode dizer o mesmo a respeito da Constituição de 1917. Entretanto, é preciso considerar que 1917 é um novo momento histórico, durante o qual não se poderia ignorar o levantamento de camponeses e de operários organizados e armados, apresentando suas reivindicações. Os camponeses armados sob as lideranças de Villa e de Zapata, no momento em que se elaborava a Constituição, estavam apenas contidos, mas não eliminados. Portanto, já não mais seria possível utilizar a mesma

linguagem de Flores Magón. O mesmo recurso foi tentado em 1917, mas sob novas formas. Teve-se, pois, como resultado, conquistas parciais para a classe trabalhadora. Se considerarmos a situação dos trabalhadores nos outros países da América Latina, nesse momento histórico, a do trabalhador mexicano apresentava-se numa perspectiva mais favorável a essa classe. Não que os trabalhadores mexicanos tivessem resolvido seus problemas; a partir da Constituição de 1917, porém, passaram a dispor de uma legislação em condições de lhes proporcionar certas garantias, com as quais até então não contavam.

Importa lembrar, ainda, que, para a burguesia mexicana, seria mais conveniente proporcionar à classe trabalhadora uma legislação específica antes que ela o fizesse por determinação própria. Trata-se, portanto, de uma conquista da fração da burguesia mexicana que desencadeara a Revolução e que, a partir desse momento, tornava-se hegemônica. Se, para essa vitória foi importante o concurso do trabalhador mexicano, particularmente do setor rural, no decorrer da luta houve a oportunidade de se avaliar a força política representada por esse mesmo trabalhador. Por tal motivo, se o aparelho institucional montado a partir de então não poderia, de um lado, deixar de atender às reivindicações daquele setor, por outro teria de considerar os interesses de classe da mesma burguesia. Nunca é demais insistir que a composição da Assembléia Constituinte favorecia esta última classe.

A aplicação efetiva da Constituição de 1917 não

se fez tranqüilamente. Para o estabelecimento definitivo da hegemonia burguesa havia ainda muitas dificuldades a contornar, mas, de qualquer maneira, a burguesia havia conseguido institucionalizar sua vitória.

Se para a burguesia mexicana este era um momento de euforia, para as classes populares o momento era de recolhimento, mas não necessariamente o fim; antes, na linguagem poética de Carlos Fuentes, de expectativa:

> "... nuestras gentes son como las lagartijas, van tomando el color de la tierra, se meten a las chozas de donde salieron, vuelven a vestirse de peones y vuelven a esperar la hora de seguir peleando, aunque sea dentro de cien años..."
> (Fuentes, Carlos, *La muerte de Artemio Cruz*, p. 185.)

INDICAÇÕES PARA LEITURA

O tema da *Revolução Mexicana de 1910* tem atraído a atenção de historiadores e especialistas das mais variadas procedências e das mais diferentes tendências. Apesar disso, o número de obras, a respeito desse tema, editadas em português é muito limitado. Em meio a essa limitação é possível, no entanto, citar algumas, entre as quais o livro de Américo Nunes, *As Revoluções do México*. O livro foi editado pela Perspectiva, em São Paulo, em 1980, numa tradução de Daniel Pastura. Conta com uma cronologia, um registro dos principais acontecimentos, uma seleção de documentos e um levantamento de problemas referentes ao período analisado. Apresenta ainda uma bibliografia, parcialmente comentada, devidamente selecionada e classificada conforme certas especialidades e que pode funcionar como um roteiro para estudos sobre a Revolução Mexicana.

Pode-se citar, ainda, em português, a tradução do livro de John Reed, *México Rebelde*. O autor, jornalista norte-americano, mais conhecido pelo seu livro *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, acompanhou de perto a Revolução Mexicana, sendo o seu livro um resultado disso. No entanto, mais do que uma simples reportagem, o livro tem o valor histórico de um depoimento de quem presenciou os acontecimentos, informando principalmente a respeito da guerrilha de Pancho Villa.

Cabe mencionar, ainda, em português, a dissertação de mestrado de Maria do Carmo Sampaio Di Creddo, "O *Antirreleccionismo* no contexto histórico maderista. Uma introdução ao estudo da Revolução Mexicana"; de William Douglas Lansford, *Pancho Villa*, editado em 1968 pela Civilização Brasileira; e de H. Dunn, *Zapata*, editado em 1964 pela Civilização Brasileira.

Em língua estrangeira, podendo ser encontrados em bibliotecas especializadas, entre outros trabalhos podemos citar os de Jesus da Silva Herzog, *Breve História de la Revolución Mexicana*, obra desse autor, publicada em comemoração ao cinqüentenário da Revolução. O autor acompanhou o movimento como jornalista estando presente à Convenção de Aguascalientes. Professor universitário e jornalista, sua obra está marcada por uma identificação com o movimento. Importa destacar a preocupação do autor em fazer acompanhar seu relato de documentos do período em estudo. Do mesmo autor recomenda-se, ainda, *El Agrarismo Mexicano y la Re-*

forma Agrária. Exposición y Crítica.

Obra importante para o conhecimento da história mexicana do período estudado é o trabalho de Cosío Villegas, *Historia Moderna de México*, composta de 7 volumes, editados entre 1955 e 1965. Para Cosío Villegas, o início da modernidade no México situa-se no período porfirista. Essa a razão pela qual o período de Porfírio Díaz é estudado em profundidade.

Sobre o movimento zapatista, um dos trabalhos mais notáveis é a do historiador norte-americano, John Womack Jr., *Zapata y la Revolución Mexicana*. O trabalho caracteriza-se pela riqueza da documentação, além da análise criteriosa e elaborada em profundidade.

Entre as obras que compõem o acervo da Revolução Mexicana merecem destaque especial os depoimentos de participantes do movimento revolucionário, além daqueles já citados de Silva Herzog ou de Reed, como os contidos na obra de Cazes, *Os Revolucionários* ou nos trabalhos de James Wilkie ou de Oscar Lewis.

O conhecimento da Revolução Mexicana deve ser complementado com a leitura de obras literárias. Entre outras citam-se as de Carlos Fuentes, *La Muerte de Artemio Cruz*, de Azuela, *Los de Abajo*, de Martín Luis Guzmán, *Memorias de Pancho Villa* e de outros autores como José Rubén Romero, Gregorio López y Fuentes e Blasco Ibáñez.

A Revolução Mexicana constituiu, ainda, um acontecimento histórico que contou com o privilégio

de ser amplamente fotografado. O material fotográfico disponível acerca da Revolução tem permitido a publicação de várias obras de caráter documental entre as quais citam-se, de Casasola, *Historia Gráfica de la Revolución Mexicana. 1900-1940*, ou o trabalho de Brennet & Leights, *The Wind that Swept México*.

Bibliografia Consultada

Bartra, Armando (org.) — *Regeneración. 1900-1918. La corriente más radical de la Revolución Mexicana de 1910 através de su periódico de combate*. México, ERA, 1977 (Problemas de México).

Chevalier, François — "Un facteur décisif de la révolution agraire au Mexique, le soulèvement de Zapata. 1911-1919". *Annales ESC*, jan.-fev., 1961, p. 66-82.

Cockroft, James D. — *Precursores Intelectuales de la Revolución Mexicana*. Trad. Maria Eunice Barrales, México, Siglo Veintiuno, 1971.

Contreras, Mario & Tamayo, Jesus — *México en el siglo XX. 1900-1920. Textos y Documentos*. México, UNAM, 1975 (Lecturas Universitarias), 2v.

Cordova, Arnaldo — *La ideologia de la Revolución Mexicana. La Formación del Nuevo Regimen*. México, ERA, 1973.

Cumberland, Charles C. — *Madero y la Revolución Mexicana*. Trad. de Stella Mastrangelo, México, Siglo Veintiuno, 1977.

Gilly, Adolfo et alii — *Interpretaciones de la Revolución Mexicana*. México, UNAM, Nueva Imagen, 1979.

Guerra, François-Xavier — "La révolution mexicaine: d'abord une révolution minière?" *Annales ESC*, set.-out., 1981, p. 785-814.

Melville, Roberto — *Crecimiento y Rebelión. El desarrollo económico de las haciendas azucareras en Morelos (1880-1910)*. México, Nueva Imagen, 1979.

Meyer, Jean — *La Revolución Mejicana. 1910-1940.* Trad. de Juis Flaquer, Barcelona, DOPESA, 1973.

Meyer, Jean — "Les ouvriers pendant la révolution méxicaine: les bataillons rouges". *Annales ESC*, jan.-fev., 1970, p. 30-55.

Obregón, Alvaro — *Ocho mil kilómetros en campaña*. México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

Ruíz Garcia, Enrique — *Zapata. Terra e Liberdade*. Trad. de Maria da Graça Morais Sarmento. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

Ruíz, Ramón Eduardo — *La revolución mexicana y el movimiento obrero*. México, ERA, 1978.

Sobre a Autora

Anna Maria Martinez Corrêa é licenciada em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em História pela Universidade de São Paulo; Doutora em Ciências (História), pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP). É Professora Assistente Doutora do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, da Universidade Estadual Paulista, onde exerce, igualmente, a função de Coordenadora do Curso de Pós-graduação de História da América Latina, Período Contemporâneo. Publicou os livros: *A Rebelião de 1924 em São Paulo*; *A América Latina de Colonização Espanhola*; e *Mariátegui*, estes dois últimos em colaboração com o Professor Manoel Lelo Bellotto.